



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202040600187	Distribuição: 07/02/2020
Número Único: 0006248-11.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: JOSE WELLINGTON FEITOZA  
Endereço: Rua João Ferreira Lima  
Complemento:  
Bairro: Olaria  
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49092530  
Requerente: Advogado(a): THAYLA JAMILLE PAES VILA 1193/A/SE  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua da Assembléia  
Complemento: 16º andar, Ed. City Tower  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011000



**Poder Judiciário**  
**Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

07/02/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600187, referente ao protocolo nº 20200207192905233, do dia 07/02/2020, às 19h29min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

---

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE**

**JOSÉ WELLINGTON FEITOSA**, brasileiro, solteiro, pedreiro, inscrito no CPF sob n. 422.502.425-34, portador do RG n. 897699 SSP/SE, residente e domiciliado Rua João Ferreira Lima, nº 214, Bairro Olaria, Aracaju/SE, CEP 49092-530, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados que esta subscrevem (procuração anexa), ajuizar a presente.

<p align="center"><b><u>ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT</u></b></p>
--

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, 100, 16º andar, Ed. City Tower, Centro, CEP: 20011-000, Rio de Janeiro, RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que ora passa a expor:

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**  
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;  
Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;  
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;  
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

## **I – DOS FATOS**

---

A Parte Autora sofreu acidente de trânsito, motocicleta x motocicleta, no dia 10.09.2018, por volta das 14h:30m, enquanto transitava pela Avenida Pedro Calazans. Conforme consta em Boletim de Ocorrência de nº 017530/2018, o requerente estava conduzindo uma motocicleta Honda/CG 150 TITAN EX, de placa QKR3571, quando uma motocicleta não identificada avançou o sinal vermelho no cruzamento com a Rua Mamede Paes Mendonça, e devido ao ato imprudente o requerente teve que frear bruscamente para evitar o choque de ambas as motos. Com a ação ele perdeu o controle da motocicleta e caiu na via. Após a queda fora conduzido pelo SAMU ao Hospital Municipal Nestor, sendo constatado no momento oportuno **“Fratura da extremidade distal do rádio esquerdo (CID S52.5)”**.

Como mostra o Prontuário Médico, a Parte Autora, foi atendida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz jus ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos.

Em razão do ocorrido, pleiteou administrativamente junto à Requerida o pagamento de indenização securitária, recebendo como compensação pelo evento, a quantia de **R\$ 2.365,20 (dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)**. (doc. anexo).

Entretanto, a quantia supracitada, atinente ao seguro DPVAT, paga pela Requerida, não se mostra proporcional à extensão dos danos sofridos pela Parte Autora, uma vez que do fatídico resultou danos a maior, muito além dos relatados anteriormente, o que de toda sorte propicia a Parte Requerente o pagamento do benefício securitário (indenizatório) em valor superior ao liquidado em momento pretérito.

---

Cumprе destacar que a Parte Autora encaminhou todos os documentos exigidos para a abertura do processo administrativo, o que em consequência ensejou na liberação da quantia disposta linhas acima.

De outro tanto, no exórdio do processo administrativo, que possibilita aos vitimados o pagamento de benefício securitário, não é necessária a apresentação de um laudo médico conclusivo, que demonstre se houve ou não lesão permanente, ainda, qual seria o grau da mesma, bastando para tanto que seja apresentado o B.O (boletim de ocorrência), na qual conste a informação de que as lesões apresentadas se deram em detrimento de acidente ocasionado por veículo terrestre, fato este que se amolda perfeitamente ao caso apresentado.

A respeito do assunto abordado, é sempre oportuno relembrar, que o corpo humano é dividido classicamente em cabeça e pescoço, tronco e membros, nos termos abaixo:

1. **Cabeça e pescoço** - inclui tudo que está acima da abertura torácica superior.
2. **Membro superior** - inclui a mão, antebraço, braço, ombro, axila, região peitoral e região escapular.
3. **Tórax** - é a região do peito compreendida entre a abertura torácica superior e o diafragma torácico.
4. **Abdômen** - é a parte do tronco entre o tórax e a pelve.
5. **Costas** - a coluna vertebral e seus componentes, as vértebras e os discos intervertebrais.
6. **Pelve e períneo** - sendo aquele a região de transição entre tronco e membros inferiores e este a região superficial entre sínfise púbica e cóccix.
7. **Membro inferior** - geralmente é tudo que está abaixo do ligamento inguinal, incluindo a coxa, articulação do quadril, perna e pé. (grifou-se).

---

É patente dizer que, no caso em apreço, a parcela securitária no valor de **R\$ 2.365,20 (dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)**, paga a Parte Autora, como sendo suficiente pelos danos experimentados, destoa da realidade, sendo que a gravidade das lesões sofridas, supera o ajuste efetuado anteriormente, merecendo nova apreciação/enquadramento, o que será demonstrado linhas abaixo.

Posto isto, não lhe restou alternativa, senão procurar a tutela jurisdicional para ter seus direitos resguardados, haja vista que do ato negligente praticado pela Empresa Requerida, veio lhe acarretar diversos prejuízos, os quais serão considerados linhas abaixo.

## **II - PRELIMINARMENTE**

### **II.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

---

Inicialmente, faz-se necessário demonstrar a Legitimidade Passiva para a presente causa, tendo em vista ser uníssono o entendimento de que, qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Seguradora Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, tudo nos termos do art. 7º, da Lei n. 8.441/92, *in verbis*:

**Art 7º.** A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

**§1º.** O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro.

Neste tocante, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

### **SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de**

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

(STJ - REsp: 401418 MG 2001/0194323-0, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/04/2002, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10.06.2002 p. 220)

Portanto, nota-se que é entendimento pacífico na Jurisprudência pátria que, o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75, do CNSP. Analisa-se o seguinte julgado que corrobora ao entendimento:

**FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVANCIA.** Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Por todo explanado, é o entendimento razoável que, a Parte Autora deve ter sua problemática dirimida pela **SEGURADORA LÍDER**.

## **II.2 – DO INTERESSE DE AGIR**

Quanto a eventual alegação por Parte da Requerida, no que tange a matéria da falta de interesse de agir da Parte Autora, a Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, abaixo:

**Art. 5º. *omissis***

(...)

**XXXV** - A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito.

Deste modo, a Parte Autora não é obrigada a se submeter às "vaidades" administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal. Assim,

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.



---

suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, tal entendimento pode-se verificar através da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA NULA. RECURSO PROVIDO.** Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada prerrogativa de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ/MS; 4ª Câmara Cível; Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro; Apelação nº 0821049-37.2012.8.12.0001 – Campo Grande; Julgado em 10.12.2013 – grifou-se).

Importante salientar que, as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT sempre dificultam o pagamento de sua obrigação por via administrativa, solicitando vasta documentação, o que por sua vez prorroga ao máximo o pagamento da indenização devida. Não obstante, quando ocorre o pagamento, não cumprem a legislação vigente em razão da mora. Logo, não está obrigado a Parte Autora a receber valor inferior ao Legal ou de modo exclusivo ao administrativo, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

### **III – MÉRITO**

---

A previsão legal do pedido encontra-se na Lei 6.194/74, que "*dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*", com a última alteração da lei 11.945/09. Vejamos o que anota tal Diploma Legal:

**Art. 3.** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**  
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;  
Rua Herculano Pena, n, 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;  
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;  
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

**I** – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;  
**II** - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

**III** - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

**§1º.** No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

**I** - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

**II** - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

**§2º.** Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

**§3º.** As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Cumprido destacar que a Parte Autora encaminhou todos os documentos exigidos para a abertura do processo administrativo, o que em consequência ensejou na liberação da quantia disposta.

É patente dizer que, no caso em apreço, a parcela securitária no valor de **R\$**

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

**2.365,20 (dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)**, pagos ao Requerente como sendo suficiente pelos danos experimentados destoa da realidade, uma vez que, a gravidade das lesões sofridas supera o ajuste efetuado anteriormente, merecendo nova apreciação/enquadramento, o que será demonstrado linhas abaixo.

Nota-se, da tabela/anexo I, constante da Lei sob nº 6.194/74, devidamente modificada pela Lei 11.487/07, que a gravidade da lesão sofrida pela parte Autora, faz jus ao pagamento de indenização na proporção de 70% (setenta por cento) do teto da remuneração paga pelo Seguro DPVAT, ou seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**. Isto porque se enquadra no seguinte quesito: Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou uma das mãos, conforme explicitado abaixo:

<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou uma das mãos	70

Indubitável que, a quantia paga em momento pretérito pela Requerida não se coaduna com a atual situação do vitimado, quando ao revés, deveria ter recebido valor além do pago em momento pretérito.

Como se vê nos termos exegéticos, indubitável é a aplicação do percentual acima mencionado, afinal a lesão ocorreu em um membro importante para o cotidiano da vítima, portanto, sem sombra de dúvidas, enquadra-se no quesito “**membros superiores e/ou uma das mãos**” da Lei.

De outro viés, as consequências pós-traumáticas em fraturas deste tipo são de fato prejudiciais ao pleno desenvolvimento funcional, afinal quando se está a falar de uma lesão de tal magnitude, inevitavelmente menciona-se o comprometimento de todo e qualquer

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

movimento, ou de membros que exigem o pleno desenvolvimento deste.

Neste ínterim, evidenciado o dano sofrido no evento, incontestável que a Parte Autora faz jus ao enquadramento com o percentual previsto na tabela constante da Lei nº 6.194/74, de 70% (setenta por cento), almejando este Autor **somente a justa indenização**.

#### **IV - DO VALOR INDENIZATÓRIO DO SEGURO DPVAT**

---

Nesta corrente, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Autora, cabe a ele a fixação do seguro DPVAT em 70% (setenta por cento) do máximo previsto, conforme laudo médico em anexo, o que será confirmado pela perícia a ser realizada posteriormente.

Acerca do assunto já se posicionou este egrégio Tribunal de Justiça:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - QUANTUM INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.945/09 - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - DISTINÇÃO ENTRE INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A redação do art. 3º da Lei 6.194/74, recentemente alterado pela Lei 11.945/09, é aplicável aos fatos ocorridos após sua entrada em vigor, ou seja, 15 de dezembro de 2008. Como, no presente caso, o sinistro data de 18.01.2009, deve ser levado em consideração o grau de comprometimento do membro, sentido ou função, quando do arbitramento do quantum da indenização. Recurso conhecido, porém improvido. Decisão mantida. (TJMS - Apelação Cível - Sumário - N. 2010.014828-4/0000-00 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. João Maria Lós - 1ª Turma Cível - Julgamento 21.09.2010). (grifou-se).

Ao dispor sobre os requisitos necessários ao recebimento da indenização do seguro obrigatório, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 5º, expressamente condiciona a procedência do pedido à simples prova do acidente e do dano decorrente, *in verbis*:

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**  
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;  
Rua Herculano Pena, n, 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;  
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;  
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

**Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifou-se)

De fato, não resta dúvida que a Parte Autora sofreu acidente automobilístico na data relacionada no B.O, já citado, a mesma que se encontra no prontuário médico emitido pela Unidade de Saúde.

Acerca do tema, a jurisprudência é dominante, no seguinte sentido:

**E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI N. 11.945/2009. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO FIXADA NA TABELA ANEXA À REFERIDA LEI. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. As indenizações por invalidez permanente decorrentes de acidente automobilístico ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008, posteriormente convertida na Lei n. 11.945/2009, devem ser pagas de acordo com a tabela contida na referida Lei de regência.** No que tange à correção monetária, não obstante tenha me posicionado em outras oportunidades no sentido de que sua incidência, nesses casos, deveria se dar a partir da data do sinistro, entendo que o critério mais adequado é aquele que prevê considerar a atualização do montante de R\$ 9.450,00 de modo a fazê-lo retroagir à data de vigência da Medida Provisória n. 340/2006, sob pena de tornar inócuo o objetivo da legislação que regulamenta a questão, a qual possui nítido caráter. Contudo, não tendo havido recurso da parte autora nesse sentido, deve ser mantida a data da incidência da correção consoante consta na decisão recorrida.  
**(TJMS - Apelação Cível - Ordinário - N. 2012.019797-7 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. SÉRGIO FERNANDES MARTINS - 1ª Câmara Cível - Julgamento 17.07.2012).** (grifou-se).

Desse modo, nos termos da Lei nº 6.194/74, cabe à parte Autora o pagamento de indenização de 70% (setenta por cento), valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, o que se confirma pela simples análise

---

detida dos documentos acostados, o que será confirmado pela perícia a ser realizada.

Desta forma, o não pagamento do valor devido ao Requerente, proporcional à extensão de danos sofridos por este último, encontra óbice no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 474: “*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez*”.

De mais a mais, resta visível que a quantia de **R\$ 2.365,20 (dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)**, pagos ao requerente anteriormente, não se retrata na atual situação daquele, uma vez que teria direito ao recebimento da quantia de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, haja vista a dor e graves ferimentos experimentados.

#### **V - DA PERÍCIA**

---

A medida cabível para a atual situação da Parte Autora é a verificação das lesões suportadas pela mesma, através da realização de um laudo médico/perícia, que apure a real situação do segurado.

Desta forma, se faz necessário o levantamento de dados, apuração do grau de invalidez do mal experimentado pela Parte Requerente, o que se dará por intermédio de uma perícia médica específica.

No caso em tela se faz imperioso, num primeiro momento, apontar a real situação do vitimado e a gravidade das lesões sofridas, para posterior caracterização do valor pertinente ao enquadramento da indenização.

Assim, de forma a demonstrar o grau de invalidez acometida pela Parte Autora, deve ser realizado exame médico pericial, o qual apontará a natureza das lesões mencionadas, para, em momento posterior, concluir sobre a classificação dos danos, segundo a tabela exposta na Lei n. 6.194/74.

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

## **VI – DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

---

No presente caso verifica-se que o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres é um serviço posto à disposição do consumidor pela seguradora. Assim, a relação jurídica entre o segurado e a seguradora, ora Ré, é nitidamente uma relação de consumo protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é nítido ao dispor que fornecedor é toda pessoa, pública ou privada, que disponibilize produtos ou forneça serviços, inclusive de natureza securitária, equiparando-se aos consumidores todas as vítimas do evento, tais como o beneficiário do seguro obrigatório (DPVAT), vitimado em acidente causado por veículo automotor.

Acerca do tema, a jurisprudência tem entendido no seguinte sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPLÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). - CDC. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. - PERÍCIA. REQUERIMENTO DO AUTOR. HONORÁRIA. INTERLOCUTÓRIO COM DETERMINAÇÃO PARA A SEGURADORA PAGAR A PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, DO CPC. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 3º, V, DA LEI N. 1.060/50. RECOLHIMENTO AO FINAL. - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

**Embora não seja típica relação securitária, é aplicável o Diploma Consumerista aos seguros obrigatórios, notadamente porque as partes se enquadram nos conceitos de fornecedor e consumidor (arts. 2º e 3º do CDC).** Possível, ademais, a inversão do ônus da prova, mormente quando ausente qualquer impugnação específica quanto ao preenchimento de seus requisitos. - "Na linha da jurisprudência da Corte, a inversão do ônus da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as consequências de

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.



sua não-produção." (STJ. Recurso especial n. 651.632/BA, Terceira Turma. Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, j. em 27.03.2007).

(TJ-SC - AI: 522545 SC 2010.052254-5 - Blumenau, Quinta Câmara de Direito Civil; Relator: Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 06/09/2011, grifou-se, sic).

Destaca-se que não pairam dúvidas sobre a relação consumerista entre as partes, devendo, ademais, ser concedida a inversão do ônus de prova, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC. Cite-se:

**Art. 6º** São direitos básicos do consumidor:

(...)

**VIII** - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

De mais a mais, verifica-se a verossimilhança das alegações, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Requerente, demonstradas pelo prontuário médico, e Boletim de Ocorrência.

Nesse sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. O seguro DPVAT está então inserido em contrato tipicamente de consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC, que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a inversão do ônus da prova, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n, 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.



2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194/74, até porque tal prova será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório.

(TJ-PR - AI: 7323020 PR 0732302-0, 10ª Câmara Cível; Relator: Arquelau Araujo Ribas, Data de Julgamento: 12/05/2011, grifou-se)

Dessa forma, necessário o reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, bem como o mister de ser realizada a inversão do ônus da prova.

Ademais, na hipótese de não se entender pela aplicação do CDC ao caso concreto, ainda assim deve ser realizada a inversão do ônus da prova, visto que a situação de direito material do caso em tela autoriza que o referido ônus seja tratado de forma diferenciada.

Nesse sentido, está caracterizada a vulnerabilidade técnica e a hipossuficiência da Parte Autora, diante da dificuldade de suportar os encargos para a produção da prova pericial, necessária à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito<sup>1</sup>.

## **VII– DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Por fim, pretende a Parte Autora que lhe seja concedida os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, *in verbis*:

**Art. 5º.** omissis

(...)

**LXXIV** – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Bem como nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

---

<sup>1</sup> MARINONI, Luis Guilherme; e ARENHART, Sérgio Cruz. Código de Processo Civil, vol 2, processo de conhecimento, 6ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007, página 267.

**Art. 99.** O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

## **VIII – DOS PEDIDOS**

---

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

**a) Julgar procedente, em sua totalidade os pedidos formulados na presente peça processual, CONDENANDO** a empresa Ré ao pagamento da indenização do Seguro obrigatório no valor total correspondente a **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, a ser corrigido com juros a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ e correção monetária desde a data do acidente, de acordo com as súmulas 43 e 54 do mesmo códex, descontando da quantia supracitada o importe de **R\$ 2.365,20 (dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)**, recebido administrativamente;

**b) Subsidiariamente, condenar** a Requerida ao pagamento em valor proporcional à gravidade da lesão apurada em exame medico pericial, sem prejuízo de outras lesões verificadas pelo médico perito no momento do exame em juízo;

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

c) Caso constatado em perícia médica realizada que a parte autora permaneceu com a mesma lesão da esfera administrativa (pagamento administrativo), **que seja a Requerida condenada ao pagamento dos juros e correção monetária nos termos da Súmula n. 580 c/c Súmula n. 426 ambas do STJ, uma vez que a Ré ao efetivar o pagamento administrativo não realiza a atualização dos valores a partir da data do acidente, adimplindo apenas o valor principal da tabela;**

d) **Determinar a citação da Requerida**, conforme previsto no artigo 280 NCPC, no endereço preambularmente aposto, para que apresente contestação nos moldes exigidos;

e) **Diante da nova exigência do NCPC**, como no presente caso nunca há conciliação prévia sem o resultado da perícia a ser realizada, informo desde já o desinteresse na conciliação por ser impossível;

f) **Conceder os benefícios da justiça gratuita** por assim necessitar, não podendo a parte Autora dispor de meios suficientes para demandar em juízo sem prejuízo próprio, nos moldes da Lei n. 1.060/50;

g) **Seja concedido a inversão do ônus da prova**, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e artigo 373, inciso II do NCPC;

h) **Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e demais consectários legais**, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, a serem fixados em 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, fixados por apreciação equitativa conforme Art. 85, § 8º do CPC, ou valor correspondente a resolução 02/2015-OAB/MS caso aplicado o Art. 85, § 2º do CPC;

---

**i) Determinar a realização de perícia médica**, a ser custeada pela Requerida, acerca da natureza e extensão dos danos causados a parte Autora, devendo ser respondido pelo perito oficial os quesitos formulados que acompanham a presente inicial.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a pericial, bem como requer que seja nomeado perito (especialista) por este D. Juízo para responder os quesitos que segue.

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da advogada Dra. **THAYLA JAMILLE PAES VILA OAB/SE 1.193-A**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 7.084,80 (sete mil e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)**.

Nestes termos, pede deferimento.

De Campo Grande/MS para Aracaju/SE, 7 de fevereiro de 2020.

**Thayla Jamille Paes Vila**  
OAB/SE 1.193-A

**Arthur Andrade Francisco**  
OAB/MS 16.303

**Rafael Coldibelli Francisco Filho**  
OAB/MS 15.878

**Thayla Jamille Paes Vila**  
OAB/MS 16.317

Q U E S I T O S P E R I T O :

1) Queira o Sr. Perito elucidar quanto aos danos físicos sofridas pela Parte Autora, se estes são provenientes do acidente ocorrido.

2) Apontar se houve limitação/invalidez permanente e se é possível descrever o local dos traumas, lesões, fraturas, bem como se são compatíveis com o prontuário.

3) Informar se as fraturas geraram perda óssea, limitação dos movimentos e perda ou diminuição de força dos membros/órgãos afetados.

4) Queira o Sr. Perito quantificar o grau de invalidez do periciado nas atividades rotineiras, para o lazer e demais atividades do cotidiano, tais como correr, pular, caminhar por longas distâncias, etc.

5) Queira o Sr. Perito esclarecer acerca da extensão do dano, especialmente se houve limitações físicas ou consequências danosas a órgãos não afetados diretamente pela lesão, mas prejudicados em razão desta.

6) Queira o Sr. Perito esclarecer algo que considere conveniente falar sobre a situação fática.

7) Se houve invalidez permanente total ou parcial.

8) se parcial, de acordo com a tabela anexa a Lei 6.194/74 artigo 3º, §1º, II, alterada pela Lei nº 11.945/09, se esta é considerada como perda anatômica funcional de repercussão intensa, média repercussão, leve repercussão ou apenas sequela residual.

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

**OUTORGANTE:** Nome Sosé Wellington Teixeira  
 nacionalidade Brasileira - estado civil Solteiro - profissão Professor  
 inscrito no CPF 422.502.425-34 e RG 897699 - residente e domiciliado na  
Rua São Francisco Lima n. 214  
 bairro Olaria - CEP 4409-2530 na cidade de Aracaju

**OUTORGADOS:** COLDIBELLI ADVOGADOS sociedade de advogados inscrita sob n. de ordem 672/2011, inscrita no CNPJ n. 22.251.902/0001-33, neste ato representada por seus sócios: **ARTHUR ANDRADE FRANCISCO**, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 16.303 e **RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO**, brasileiro, divorciado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 15.878 e **THAYLA JAMILLE PAES VILA**, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/MS sob o n. 16.317, todos com endereço profissional na Avenida Alvorada, n. 121, CEP 79.002-520, Campo Grande (MS), Telefone: (67) 3211-9972 / 3211-9973, na Rua Porto Alegre, n. 259, Bairro Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480, Aracaju - SE, e, IV - Independência, n. 52, CEP 49.200-000, Estância - SE.

**PODERES ESPECÍFICOS:** para o foro em geral, previstos no art. 5º e parágrafos, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a OAB), inclusive quanto aos poderes especiais de que tratam o art. 105 do CPC, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, executar receber citação, que também são outorgados, para praticar todos os atos necessários à defesa do interesse do outorgante, incluindo as cláusulas **EXTRA** e **AD JUDICIA**, para representação em juízo ou fora dele, em qualquer instância ou algada, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reservas os poderes ora outorgados, além de requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do artigo 105 do NCPC/15 e da súmula do TST 463, bem como com poderes para negociar e transigir, nos termos do artigo 334, parágrafo 10. **ESPECIALMENTE** para propor

Aracaju / SE 11 / 11 / 2019

Sosé Wellington Teixeira

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 - Campo Grande - MS

Fone: (67) 3211-9972 / 3211-9973.

Rua Ipiratama Pena, n. 570, Centro, sala 01, CEP 79.000-000 - Coxim - MS.

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 - Aracaju - SE.

IV - Avenida Independência, n. 52, CEP 49.200-000 - Estância - SE.



## DECLARAÇÃO PARA BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Eu, JOSE WELLINGTON FERROSA,  
 nacionalidade Brasileira, estado civil Solteiro, profissão Peixeiro,  
 inscrito no CPF 422.502.425-34 e RG 897699, residente e domiciliado na  
RUA JOÃO FERREIRA Lima, nº 24, bairro  
Baria, CEP 4909-0530 na cidade de Aracaju,  
 DECLARA, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, e art. 4º da Lei  
 n. 1.060, de 05 de fevereiro de 1950 e artigo 98º e seguintes da Lei 13.105/2015 do NCPC, para  
 os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo no momento de  
 condições econômicas para arcar com eventual ônus processual, ou seja, especialmente pagar  
 as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de  
 sua família. Requeiro, ainda que os benefícios abranjam a todos os atos do processo.

Por ser expressão de verdade, e com base na Lei 7.115, de 29 de agosto de  
 1983, está assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima prestadas, sob as penas  
 da lei, assinando a presente declaração, buscando assim, os benefícios da justiça gratuita.

Aracaju/SE

11 de 11 de 2019

x JOSE WELLINGTON FERROSA

Declarante

ASL-0448124/18  
willians.freitas.pd.2096  
20/01/2020 10:08:17

ASL-0448124/18  
willians.freitas.pd.2096  
20/01/2020 10:08:17

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
JOSE WELLINGTON FEITOZA

DOC. IDENTIDADE (RG, PASSAPORTE)  
897699 SSP SE

CPF  
422.502.425-34

DATA NASCIMENTO  
02/06/1967

FILIAÇÃO  
JOSE FEITOZA DA SILVA  
MARIA DE LOURDES LEITE

PERMISSÃO  
AB

ACD  
AB

CATNAC  
AB

Nº REGISTRO  
06509818034

VALIDADE  
22/12/2019

PRESTACAO  
20/11/2015

OBSERVAÇÕES  
SEM OBSERVAÇÃO:

ASSINATURA DO PORTADOR  
JOSE WELLINGTON FEITOZA

LOCAL  
ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO  
21/11/2015

LUZ DE ACESSO CORTA NETO  
DIRETOR - PRESIDENTE

ASSINATURA DO EMISSOR  
LUIZ DE ACESSO CORTA NETO

DETRAN-SE (SERGIPE)

VALIDADE EM TUDO  
O TERCEIRO NACIONAL  
1357731459

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1357731459

ASL-0448124/18  
willians.freitas.pd.2096  
20/01/2020 10:08:17

ASL-0448124/18  
willians.freitas.pd.2096  
20/01/2020 10:08:17

ASL-0448124/18  
willians.freitas.pd.2096  
20/01/2020 10:08:17

ASL-0448124/18  
willians.freitas.pd.2096  
20/01/2020 10:08:17

ASL-0448124/18  
willians.freitas.pd.2096  
20/01/2020 10:08:17



# DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via da conta.

Bolso para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 007.542.537



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB. ENERGIA SA  
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP 49040-150  
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

## DADOS DO CLIENTE

JOSE WELLINGTON FEITOSA  
RUA JOAO FERREIRA LIMA 214  
ARACAJU

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/32701-5

## REFERÊNCIA

OUT/2018

## APRESENTAÇÃO

11/10/2018

## CONSUMO

274

## VENCIMENTO

28/10/2018

## TOTAL A PAGAR

R\$ 236,77

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DESTAQUE AQUI

JOSE WELLINGTON FEITOSA

Roteiro: 06-001-700-5880

83640000002-9 36770148000-9 00327012018-5 10400001019-9

## VENCIMENTO

28/10/2018

## TOTAL A PAGAR

R\$ 236,77

## MATRÍCULA

32701-2018- 10-4





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 017530/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 09/10/2018 08:20 Data/Hora Fim: 09/10/2018 09:47  
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barros

DADOS DA OCORRÊNCIA

Ação: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito

Data/Hora do Fato: 10/09/2018 14:30

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)

Bairro: Centro

Logradouro: Avenida Pedro Calazans

CEP: 49.010-490

Ponto de Referência: CRUZAMENTO OLIVEIRA - A MARCELO - A MENDONÇA

Tipo do Local: Via Pública

Natureza

Moto(s) Empregado(s)

1229 - Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Capet - Veículo  
da Lei dos crimes de trânsito - CTB)

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSE WELLINGTON FERREIRA (VITIMA - COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: SE - Aracaju

Sexo: Masculino

Nasc: 02/06/1967

Profissão: Encarregado de Obras

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto

Estado Civil: Solteiro(a)

Nome da Mãe: Maria de Lourdes Lima

Nome do Pai: Jose Ferreira da Silva

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 997.390

CNPJ - Cadastro de Pessoas Físicas: 422092428-3

Endereço

Município: Aracaju - SE

Logradouro: R. João F. Lima

Bairro: VENEZA 1

Telefone: (79) 99967-6766 (Celular)

Nº: 214

CEP: 49.092-630

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUSPEITO AUTOCOMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

Subgrupo: Motocicleta/Motonieta

Placa: QKR3571

Número do Chassi: \*\*\*\*\*42542

Ano/Modelo Fabricação: 2015/2015

Cor: Vermelha

UF Veículo: Sergipe

Município Veículo: Aracaju

Marca/Modelo: HONDA CG 150 TITAN EX

Modelo: HONDA CG 150 TITAN EX

Veículo Adulterado? Não

Categoria: 1 - Inicial

Delegado de Polícia (CV): Daniela Ramos Lima Barros  
Impresso por: Edmarvaldo de Paula Bernardino  
Data de Impressão: 09/10/2018 09:47  
Protocolo nº: Não digitado

Página 1 de 2

PFE - Sistema de Procedimentos de Polícia



## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº 017530/2018

Situação Envolvido

Nome Envolvido

José Wellington Feitoza

Envolvimentos

Possuidor

## RELATO/HISTÓRICO

Relata a vítima/comunicante que conduzia a motocicleta acima mencionada, chassi 9C2KC1660FR042542, licenciada em nome de EDILEIDE DOS SANTOS, pelo IOD, dia e horário acima citados, sentido Norte/Sul, quando chegou no cruzamento com a Rua Mamede Paes Mendonça outra motocicleta que a vítima não sabe informar a placa avançou o sinal vermelho e causou o acidente, que as motocicletas não chegaram a se chocarem, pois a vítima freou a sua e perdeu o controle; Que na queda a vítima sofreu fratura no braço esquerdo e escoriações pelo corpo; Que a vítima foi atendida pelo SAMU e levada para a UPA NESTOR PIVA, onde foi atendida e liberado, Que a motocicleta sofreu danos na frente e que os reais danos serão conferidos em organismos.

Por fim, nesse ato manifesta o desinteresse de representar criminalmente contra o autor dos fatos.

## ASSINATURAS



Roberval Rodrigues Bernardino  
Responsável pelo Atendimento



José Wellington Feitoza  
(vítima / Comunicante)

Declara para os devidos fins de direito que sou titular do direito de representação criminal contra o autor dos fatos, não tendo optado por não representar criminalmente contra o autor dos fatos, sob pena de nulidade da presente declaração, nos termos do art. 142 da Constituição Federal e do art. 142 da Lei de Execução Penal, sob pena de nulidade da presente declaração.

Roberval Rodrigues Bernardino  
Agente de Polícia  
Matrícula: 549.411 SSP/SE





**PRONTOCLÍNICA**  
**ORTOPÉDICA**

Dr. Allisson Luis Lima Rodrigues  
(CRM 3189)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Antônio Franco Cabral  
(CRM 880)  
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia

Dr. Artêmio Rocha Melo  
(CRM 2212)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Daniel Bispo de Andrade  
(CRM 1295)  
Medicina Desportiva / Ortopedias Fraturas

Dr. Denis Cabral Duarte  
(CRM 4163)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. João Bourbon Albuquerque II  
(CRM 4224)  
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Kleber César Siqueira Santana  
(CRM 2213)  
Ortopedia Geral / Ortopedia Pediátrica

Dr. Kleberton César Siqueira Santana  
(CRM 2481)  
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea

Dr. Lécio dos Anjos Bourbon  
(CRM 713)  
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Leonardo Guedes de Oliveira  
(CRM 2091)  
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea

Dr. Luciano Oliveira Júnior  
(CRM 3191)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Marluce Andrade  
(CRM 804)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo e Pé

Dr. Marcos Masayuki Ishi  
(CRM 2776)  
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna Clínica e Dor

Dr. Márcio Moura Rocha  
(CRM 3592)  
Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornozelo e Pé

Dr. Masayuki Ishi  
(CRM 1276)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho / Vídeo Artroscoopia / Acupuntura

Dr. Max Franco de Carvalho  
(CRM 2430)  
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia Coluna

Dr. Michael Silveira Santiago  
(CRM 2598)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior  
(CRM 3726)  
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna

Dr. Sérgio Cabral de Melo  
(CRM 3385)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. Sylvia Maurício Mendonça Cardoso  
(CRM 1277)  
Ortopedia Geral / Medicina Desportiva Cirurgia do Joelho / Vídeo Artroscoopia

Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior  
(CRM 3036)  
Cirurgia da Mão e Membros Superiores

Relatório Médico

1. José Wellington Feitoza

2. Idade: 52 anos

3. Data do acidente: 10/09/2018.

4. Diagnóstico:

Fratura fechada do extremidade distal do rádio e C1D S525.

5. Tratamento: Tratamento conservador com leve gesso por 30 dias.

Observação: observando a radiografia anexa, nota-se que há também presença artrose do espaço de C1D S62.0. Nota-se de fratura antiga, não consolidada, que o paciente não sabe informar nada deste fato. O acidente ocorreu que agora está

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 460 - Tel.: (79) 3205-6550 / 99612-5418  
CNPJ: 16.213.001/0001-54 - CEP: 49015-230 - Aracaju/SE  
www.prontoclinicaortopedica.com.br | prontoclinicaortopedica@gmail.com



Dr. Alisson Luis Lima Rodrigues  
(CRM 3189)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Antônio Franco Cabral  
(CRM 880)  
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia

Dr. Artêmio Rocha Melo  
(CRM 2232)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Daniel Bispo de Andrade  
(CRM 1295)  
Medicina Desportiva / Ortopédias Fraturas

Dr. Denis Cabral Duarte  
(CRM 4163)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. João Bourbon Albuquerque II  
(CRM 4224)  
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Kleber César Siqueira Santana  
(CRM 2213)  
Ortopedia Geral / Ortopedia Pediátrica

Dr. Kleberton César Siqueira Santana  
(CRM 2481)  
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea

Dr. Lécio dos Anjos Bourbon  
(CRM 713)  
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Leonardo Guedes de Oliveira  
(CRM 2091)  
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea

Dr. Luciano Oliveira Júnior  
(CRM 3191)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Marluce Andrade  
(CRM 804)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo e Pé

Dr. Marcos Masayuki Ishi  
(CRM 2776)  
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna Clínica e Dor

Dr. Márcio Moura Rocha  
(CRM 3592)  
Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornozelo e Pé

Dr. Masayuki Ishi  
(CRM 1276)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho / Video Artrosopia / Acupuntura

Dr. Max Franco de Carvalho  
(CRM 2430)  
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia Coluna

Dr. Michael Silveira Santiago  
(CRM 2598)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior  
(CRM 3726)  
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna

Dr. Sérgio Cabral de Melo  
(CRM 3385)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. Sylvio Maurício Mendonça Cardoso  
(CRM 1277)  
Ortopedia Geral / Medicina Desportiva Cirurgia do Joelho / Video Artrosopia

Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior  
(CRM 3036)  
Cirurgia da Mão e Membros Superiores



**PRONTOCLÍNICA**  
**ORTOPÉDICA**

Consciente do fato, mas  
não tem interesse de ope-  
rar a lesão, porque trabalhava s/do-  
res.

- ⑥ Sequelas após alto.
- ① Limitações do movimento supinação da mão e
  - ② Limitação do flexo e extensão.
  - ③ Edema residual.

Aracaju, 2/9/2019

  
Dr. Masayuki Ishi  
CRM 1276  
CPF: 453.690.478-34

E

Zoom:69.50

JOSE WELLINTON FEITOSA

ID: 1175844

Data:02-08-2019

DN:06-02-1967 - M

Técnico:Sergio

HOSPITAL SAO JOSE





## HOSPITAL SÃO JOSÉ ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, o pedido, que o (a) Sr (a)

Jon J. J. J. João G. Jelling-  
89 769 557/56  
(Ident. ou registro)

foi atendido(a)

Centro cirúrgico  
(clínica ou serviço)

do

Hosp. São José

no dia 01/03/19, às 09 horas, necessitando de 60 dias  
(por extenso)

dias de repouso, por motivo de doença.

CID M125

Assinatura do paciente ou responsável

Assinatura 01/03/19

Local e data

Dreyzon S. Dammann  
Ortopedia e Traumatologia

Assinatura do Médico/Odontólogo

(carimbo contendo nome completo e registro CRM/CRO)

NOTA - Este atestado é válido para finalidade previstas no artigo 27 da CLPS, aprovado pelo decreto nº 89.312 de 23/01/84, e resolução CFM-1190/84 e será expedida para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

#C#CA!

HOSPITAL SAO JOSE  
ADMINISTRACAO DOS PACIENTES!Data: 01/08/2019!  
!Hora: 06:22!  
!Pagina: 01!

## \*\*PACIENTE\*\*

PRONT....: 139485  
 DATA....: 01/08/2019  
 PACIENTE.: JOSE WELLINGTON FEITOSA  
 RSP.INT.: MIRIAN DE SANTANA  
 RG.....: 897699 SSP/SE  
 SEXO....: Masculino  
 N.CAD....: 1059386  
 NASC....: 02/06/1967  
 FILIACAO: JOSE FEITOZA DA SILVA  
 MARIA DE LOURDES LEITE  
 NATURAL: ARACAJU/SE  
 PROF....: PEDREIRO  
 ENDERECO: RUA JOÃO FERREIRA LIMA  
 BAIRRO.: Olaria  
 CIDADE.: Aracaju  
 FONE....: 79-99997-6766

ATEND....: 1175844  
 HORA....: 06:18  
 CPF.....: 42250242534  
 E.CIVIL.: SOLTEIRO  
 IDADE....: 52  
 NACIONAL: Brasileiro(a)  
 , 214  
 UF: Sergipe

## \*\*INTERNACAO\*\*

CONVENIO: AIH-SUS  
 Cod. SIH-SUS706905129919632  
 GUIA(S/N):  
 CLINICA: Cirurgica  
 MEDICO.: ALEX FRANCO DE CARVALHO  
 LEITO...: ALA A/ENF D LEITO D2  
 CID.: M125-Artropatia traumática

## \*\*RESPONSAVEL\*\*

NOME.....: JOSE WELLINGTON FEITOSA  
 PARENTESCO.: o mesmo  
 EST.CIV.: SOLTEIRO  
 NATURAL.: ARACAJU/SE  
 NACIONAL.: Brasileiro(a)  
 CPF.....: 42250242534  
 PROF.....: PEDREIRO

RG.....: 897699 SSP/SE

## \*\*PERMANENCIA SUS\*\*

MAX.PERM: 0

MIN.PERM: 0

\*Exame + Pediatra + Teor + Anestesiologia, etc  
 Av. Joao Ribeiro, 846 Santo Antonio Aracaju - SE Cirurgico, fone de consultorio  
 tel. :2105-1000

#C;#C

9997.67.66

988/2.38.54

Valor R\$ 2,10

Total 25 folhas.



CA!-----!

Hospital Sao Jose  
TERMO DE RESPONSABILIDADE

!Data: 01/08/2019 !  
!Hora: 06:21 !  
!Pagina: 01 !

Paciente: JOSE WELLINGTON FEITOSA  
End: RUA JOÃO FERREIRA LIMA  
Natural: ARACAJU/SE  
Profissao: PEDREIRO  
Responsavel: JOSE WELLINGTON FEITOSA  
RG Resp.: 897699  
Parentesco: o mesmo  
End.Resp. RUA JOÃO FERREIRA LIMA  
Leito: LEITO D2  
Medico: ALEX FRANCO DE CARVALHO  
Convenio: AIH-SUS  
Validade:

Tel: 79-99997-6766  
Est.Civil: SOLTEIRO  
Nasc.: 02/06/1967  
CPF Resp. 42250242534  
Tel Resp. 79-99997-6766

Matricula: 706905129919632  
Guia

Termo de Responsabilidade

!O acima qualificado, responsavel pelo presente instrumento, assume e declara reconhecer, como livre expressao de sua vontade as clausulas e condições abaixo descritas:- Ser direta e solidariamente responsavel pelo paciente por toda e qualquer despesa ou obrigacao de qualquer natureza em decorrencia do internamento realizado neste Hospital (art. 904, e §§. Do Codigo Civil);

- Que a sobredita responsabilidade perdurara por todo o periodo de internacao e ate a alta medica, sendo de carater irrenunciavel e irretratavel;
- Que a sobredita responsabilidade subsiste, ainda que exista convenio e/ou cobertura por plano de saude, em relacao aos aspectos não amparados, desde que comprovado o seu uso (por exemplo, diarias com acompanhantes, ar-condicionado, material consignado - orteses, próteses ou sínteses - anestesistas e instrumentadores);
- Que os medicos responsaveis pelo tratamento e internacao sao de livre escolha do paciente ou seu responsavel, nao havendo vinculacao entre os honorarios medicos e a conta de serviços hospitalares;
- Estar ciente de que o ato medico e de competencia e responsabilidade restrita ao profissional medico, nao havendo interferencia/responsabilidade nessa conduta por parte da Direcao do Hospital;
- Ter ciencia do Regulamento Interno do Hospital, obrigando-se a cumpri-lo estritamente;
- Que o Hospital Sao Jose nao possui qualquer responsabilidade por valores, objetos, ou quaisquer pertences, seja do paciente, seja do responsavel, ou de visitantes e acompanhantes deixados em suas dependencias;
- Ser inviabilizada a alteracao de internacao para o Sistema Unico de Saude (SUS) no curso da mesma, ou entre convenios e/ou planos de saude que acarretem prejuizo ao Hospital;
- Ser de logo autorizada a emissao de Nota Fiscal correspondente a prestacao do servico hospitalar, apos a aprovacao das despesas;
- Que, em havendo recusa na aprovacao, sendo a despesa determinada pelo medico assistente do paciente, estara liberado o Hospital a proceder a emissao da Nota Fiscal correspondente;
- Que a Nota Fiscal emitida, de acordo com quaisquer das circunstancias acima, e reconhecida como liquida, certa e exigivel, constituindo-se como titulo executivo extrajudicial;
- Que caso a permanencia do paciente no Hospital Sao Jose, em Convenio Particular, se protraia no tempo, as despesas parciais oriundas da prestacao dos servicos hospitalares serao apresentadas a cada 02 (dois) dias, e deverao ser quitadas imediatamente, ocasião em que, o Hospital Sao Jose apresentara a conta parcial dos serviços prestados ate aquele momento, no qual estarao especificados o valor parcial dos serviços prestados, o vencimento e os encargos financeiros em caso de inadimplencia;
- Que o nao pagamento da conta hospitalar ou parcial, sendo Convenio Particular, apos tres dias do seu vencimento, implicara na incidencia de multa de 2% (dois por cento) acrescida de correcao monetaria, de acordo com o INPC ou outro indice que o substitua, alem de honorarios advocatícios

e despesas efetuadas para a cobrança;

- Que a conta hospitalar faz parte integrante do presente Termo como se nele estivesse transcrito;
- Podera o Hospital Sao Jose, para a cobrança do seu credito, ainda que parcial, fazer inscrever o nome do RESPONSAVEL em bancos de dados cadastrais, ou valer-se de firma especializada, sendo que neste caso o RESPONSAVEL inadimplente respondera, também, por honorarios a esta devidos;
- Atuar como fiel depositario (art. 1265 e SS., do Codigo Civil), por todo o periodo de internação, dos objetos que guarnecem o apartamento, constantes de relacao anexa, integrante da presente, segundo valor ali indicado, sob as penas da lei (art. 1287, do Código Civil);
- Estar ciente de que, na qualidade de responsavel pelo paciente, devera comunicar, por escrito a Direcao do Hospital, qualquer queixa/reclamacao, oriunda de insatisfacao pela prestacao da assistencia, sendo facultado, a "alta a pedido" ou "transferencia para outra instituicao", mediante autorizacao previa do medico assistente e assinatura de Termo de Responsabilidade;
- A diaria hospitalar encerrar-se as 12:00 horas de cada dia. Apos este horario sera cobrada nova diaria, automaticamente;
- Fica eleito o foro da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe, para dirimir todas e quaisquer duvidas oriundas do presente instrumento de prestacao de servicos, que por ventura venham a ser suscitadas;
- E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular, em duas vias de igual teor e forma, na presenca de duas testemunhas, para que produza seus efeitos juridicos e legais. Para tanto, firma-se o presente:

PACIENTE.....: Jose Will. G. F. Silva RESPONSAVEL.: \_\_\_\_\_  
 TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_ TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_ !

! \_\_\_\_\_ !  
 ! \_\_\_\_\_ !  
 ! \_\_\_\_\_ !

11 C; 11 @





Hospital São José  
Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio  
Telefone: 79 2105-1000 / FAX: 79 2105-1032  
Cep: 49065-000 Aracaju / SE

PACIENTE: Sr. Leucides Feres

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nº ATENDIMENTO:

HORÁRIOS

LEITO:

EVOLUÇÃO MÉDICA

DATA: 11/01/2006

EVOLUÇÃO MÉDICA

01. Diuira

02. ceta hsc

03. st 2000 / 100 PKU

04. potio 100 + 100 of st ev

12/12h

05 - Diuira 2cc + 8ml No ev

6/6L

06. fmrta 50 + 100 of st

ev 6/6L sos 201

07. ceta hsc 2cc ev 6/6L

08. NUSKOS 4cc ev 6/6L

sos pnta

09. si-as vitas

CONTINUA EM OUTRA FOLHA

Paralela Polio Almoriz  
CORENSE 08/08/19

08/08/19

2ºº curtos paros e

paros 2cc/100/100

1ºº curtos e 100/100

1ºº curtos e 100/100

1ºº curtos e 100/100

Diretoria de Traumatologia  
Ortopedia e Traumatologia  
CRIME 5461

Diretoria de Traumatologia  
Ortopedia e Traumatologia  
CRIME 5461



Serviço de Enfermagem - Registro Diário de Enfermagem - Internamento

Nome: Jose Wellington

Atend: 1175844

Leito: D2

Date: 01/18/19

## Gasoterapia

## Oxigênio

## Bomba Soro

**Equipamentos**

1

7

4

T

## Bomba Dieta

la

**Oxímetro**

2

5

Registro de Sinais Vitais

Registro de Sinais Vitais					
Hora	T (°C)	R (Mov. / Min.)	P (Mov. / Min.)	PA (mm / HG)	Assinatura
18:00	36.4°C				
20:00	36.6°C			120 x 80	D. Arminio
22:00	36.6°C			120 x 80	
				130 x 80	
Hora					

Registro de Enfermagem

8:10 Pósto admitido no sala  
: do S.V. para subme-  
: ter-se a tratamento  
: cirurgico de Arthropo-  
: traumática nos omb-  
: ros de Gerol + Bloqueio  
: Braquial feito por  
: variação c/ gelco nº 20  
: mantendo o m. 20, 01.8.18

8:20 Início de Anestesia Bloqueio  
8:30 Início de Anestesia Bloqueio  
8:50 Início de Anestesia Gerol + tubo nº 7.0.  
: SpO<sub>2</sub> = 98%, PA = 120 x 70, foi administrado  
9:30 Pósto em hora operatória, sem intercorr-  
: rências, aferido P = 85, SpO<sub>2</sub> = 98%, PA 110 x 68.  
8:30 Existência início do gotejamento.  
10:15 Foi usado o intensificador de imagem, aferido  
: P = 88, SpO<sub>2</sub> = 96%, PA = 111 x 70.  
10:30 Término do gotejamento, sem intercorrências.  
11:00 Término da cirurgia, pósto foi extubado  
: sem apressamento, onde houve o efeito  
: anestésico em uso de analgésico, sob  
: o qual ocorreu, porém, o curativo limpo,

Vere





Nome: <u>Forza (1) Elimination</u>	Atend: <u>4175844</u>	Leito: <u>02</u>	Data: <u>01/08/19</u>
------------------------------------	-----------------------	------------------	-----------------------

Fittoria

## Equipamentos

## Bomba Soro

## 34. Bomba Dieta

## Oxímetro

1

T

1

T

1

7

1

T

1

T

Hora	T (°C)	R (Mov. / Min.)	P (Mov. / Min.)	PA (mm / HG)	Assinatura
:					
:					
:					
:					

Hora	Registro de Enfermagem
------	------------------------

Atividade: Intervenção + Curativos em UBE + dreno  
de sucção, paciente segue em companhia de familiar  
e as cidades da equipe de enfermagem. TE: Corunio  
Pleira Corun: 333659

14:10	Forte de São Sebastião, no rio de São Paulo, capital do Brasil.
:	construído em 1564, no rio de São Paulo, capital do Brasil.
:	no rio de São Paulo, capital do Brasil.
:	construído em 1564, no rio de São Paulo, capital do Brasil.

COREN-SE 321151-AE

26:00	Odontobac medicos de Brasil
27:00	Odontobac medicos de Brasil
28:00	Odontobac medicos de Brasil

CONFIDENTIAL

01.00 Spencer's Choice pl SMD. CORREJE 32 1131 AS

22:00 ~~admission~~ ~~medicines~~ de l'homme  
: ~~admission~~ ~~medicines~~ de l'homme  
: ~~admission~~ ~~medicines~~ de l'homme  
: ~~admission~~ ~~medicines~~ de l'homme

2:00	Posti Messaggio con Obiettivo
------	-------------------------------

: Admittance, Measured at 100 Hz  
 : The 100 Hz scattering is not  
 : plotted. Instead, the

CONFIDENTIAL









HOSPITAL SÃO JOSÉ  
COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM  
SAE – SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM  
CLÍNICA CIRÚRGICA  
EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



NOME: <u>José Wellington F. Almeida</u> Idade: <u>52</u>		Prontuário:		Data: <u>01/08/2019</u>	
Diagnóstico: <u>DPO II - insuficiência respiratória</u>		Dia de Internação:		Enfermaria: <u>ALA A</u>	
CONTROLE DE CATETERES E SONDAS		Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc. ( ) Fem.		Leito: <u>D2</u>	
Cateter Periférico: <input checked="" type="checkbox"/>	Local:	PA:	mmHg	P:	bpm
Cateter Central:	Local:	T:	°C	R:	mrpm
Cateter Vesical:	Local:	SNG ( )	SOG ( )	SNE ( )	SOE ( )
HISTÓRIA PREGRESSA:		Glicemia capilar:		mg/dl	
QUEIXA PRINCIPAL:					
Alergias:					
Medicação em uso: <u>Prontuário</u>					
SISTEMA NEUROLÓGICO		SISTEMA GASTROINTESTINAL			
<input checked="" type="checkbox"/> Consciente <input checked="" type="checkbox"/> Orientado ( ) Desorientado		( ) SNG/ SOG ( ) SNE/ SOE ( ) GTT ( ) NPT			
( ) Sedado ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Agitado		( ) Êmese ( ) Diarreia ( ) Melena ( ) Constipação ( ) Colostomia			
( ) Reage a estímulos ( ) Não reage a estímulos		( ) Ileostomia			
PUPILAS		Ruídos Hidroaéreos: <input checked="" type="checkbox"/> SIM ( ) NÃO			
( ) Mióticas ( ) Midriáticas <input checked="" type="checkbox"/> Fotorreagentes		REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR			
( ) Não reagentes ( ) Isocóricas ( ) Anisocóricas		( ) Normotenso ( ) Hipertenso ( ) Hipotenso ( ) Choque			
REGULAÇÃO TÉRMICA		( ) Pulso <input checked="" type="checkbox"/> Rítmico ( ) Aritímico ( ) Filiforme ( ) Cheio			
Hipotérmico T - _____ °C Subfebril T - _____ °C		<input checked="" type="checkbox"/> Normotenso ( ) Hipertenso ( ) Hipotenso ( ) Choque			
Afebril T - _____ °C Febril T - _____ °C		<input checked="" type="checkbox"/> Normocárdico ( ) Taquicárdico ( ) Bradicárdico			
OXIGENAÇÃO		REGULAÇÃO ABDOMINAL			
<input checked="" type="checkbox"/> Eupneico ( ) Bradipneico ( ) Taquipneico		( ) Plano <input checked="" type="checkbox"/> Flácido <input checked="" type="checkbox"/> Globoso ( ) Distendido ( ) Dor a palpação			
( ) Dispneico Oxigenoterapia: ( ) sim ( ) não		GENITÁLIA			
( ) Masc. Venturi ( ) Masc. Hudson ( ) Cateter Oxiq.		( ) Dermatite ( ) Processo Infeccioso ( ) Outros			
PELE		SISTEMA URINÁRIO/DIURESE			
Cianótica ( )	Anictérica <input checked="" type="checkbox"/>	Normocorada <input checked="" type="checkbox"/>	( ) Fralda ( ) SVA ( ) SVD <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea		
Acianótica <input checked="" type="checkbox"/>	Ictérica ( )	Hipocorada ( )	( ) Hematúria ( ) Polaciúria ( ) Oligúria ( ) Anúria		
ULCERA POR COMPRESSÃO ( ) SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		( ) Disúria ( ) Colúria ( ) Piúria			
GRAUS: ( ) I ( ) II ( ) III ( ) IV		PRESCRIÇÃO DIÁRIA DE ENFERMAGEM			
DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM		<input checked="" type="checkbox"/> Aferir e Registrar Sinais Vitais de 8/8 horas.			
( ) Ansiedade relacionada à procedimento Cirúrgico evidenciado por agitação e preocupação.		<input checked="" type="checkbox"/> Observar e anotar o estado de consciência do paciente.			
( ) Desobstrução ineficaz das vias aéreas superiores relacionada a secreções em grande quantidades.		<input checked="" type="checkbox"/> Estimular atividades recreativas/deambulação.			
( ) Dor aguda relacionada a lesão tecidual/cirúrgica E evidenciada por fácies de dor/sofrimento.		( ) Manter cabeceira Elevada.			
( ) Mobilidade física prejudicada relacionada a força Insuficiente para movimentar-se evidenciada por Cirurgia.		( ) Verificar Saturação de O2. Hor. - _____			
( ) Retenção urinária relacionada à bloqueio no Esfíncter urinário evidenciado por presença de Globo vesical e dor		( ) Observar e anotar características da dor.			
( ) Risco de infecção relacionado à dispositivos Invasivos evidenciado por sinais flogísticos.		( ) Administrar analgésicos conforme prescrição médica			
( ) Náusea relacionada à período pós operatório		( ) Realizar mudança de decúbito. Hor. - _____			
		( ) Observar e anotar edemas.			
		( ) Preparar material para cateterismo vesical.			
		( ) Aplicar compressas mornas. Hor. - _____			
		( ) Aplicar compressas frias. Hor. - _____			
		( ) Observar sinais da pele se há rubor ou calor			
		( ) Verificar temperatura axilar. Hor. - _____			
		<input checked="" type="checkbox"/> Comunicar reflexos de náusea e êmese.			
		<input checked="" type="checkbox"/> Registrar características da êmese			
		( ) Manter cabeceira elevada a 180°.			
		<input checked="" type="checkbox"/> Observar e anotar padrão respiratório.			



**IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE**

NOME: João Wellington Ferreira  
PROCEDÊNCIA: Residência IDADE: 52C SEXO: ☒ MASC ☐ FEM.  
MATRÍCULA: 1175844 CONVÊNIO: Sus  
DATA DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO: 01/08/19 SETOR/LEITO: CC

**TRANS-OPERATÓRIO ( Admissão no Centro Cirúrgico )**

Confirmar a solicitação: Reserva e Sangue: ( ) SIM ( ) NÃO Volume: \_\_\_\_\_ Vaga de UTI: ( ) S ( ) N  
Preparo: ( ☒ ) Jejum a partir: HORÁRIO \_\_\_\_\_ e DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ ( ) Punção venosa periférica  
Retirado prótese e adorno: ( ) Prótese dentária ( ) Lente de contato ( ) Jóia ( ) Grampos ( ) Outros: \_\_\_\_\_  
Alergia conhecida: ( ☒ ) NÃO ( ) SIM Qual (is): \_\_\_\_\_  
Hábito de vida: Tabagista ( ☒ ) NÃO ( ) SIM, quanto tempo: \_\_\_\_\_ Etilista: ( ☒ ) NÃO ( ) SIM, tempo: \_\_\_\_\_  
Passado cirúrgico: ( ) NÃO ( ☒ ) SIM, qual (is): \_\_\_\_\_  
Doenças atuais: ( ) HAS ( ) ICC ( ) IAM ( ) AVC ( ) DM ( ) NEO ( ) DPOC ( ) IRC ( ) OUTROS: \_\_\_\_\_  
Faz uso de medicamentos: ( ) NÃO ( ) SIM, qual (is): \_\_\_\_\_

**DISPOSITIVOS EM USO**

( ☒ ) Cateter O<sub>2</sub> \_\_\_\_\_ l/min ( ) Máscara O<sub>2</sub> - Fio \_\_\_\_\_ % ( ) VMI/TOT - Modo: \_\_\_\_\_ e Fio2: \_\_\_\_\_ % ( ) Marcapasso  
( ) VMI/TOT - Modo: \_\_\_\_\_ e Fio2: \_\_\_\_\_ % ( ) Cateter venoso periférico \_\_\_\_\_ ( ) Cateter venoso central \_\_\_\_\_  
( ) Dissecção venosa ( ) Sonda vesical ( ) Sonda gástrica / enteral ( ) Ostomia ( ) Fralda descartável  
( ) Tração elétrica \_\_\_\_\_ ( ) Curativo cirúrgico \_\_\_\_\_ ( ) Curativo não cirúrgico ( ) Dreno sucção \_\_\_\_\_  
( ) Próteses/implantes: ( ) Ocular \_\_\_\_\_ ( ) Auditivo \_\_\_\_\_ ( ) Ortopédico ( ) Cateter peritoneal \_\_\_\_\_  
( ) Dreno penrose ( ) Dreno Torácico \_\_\_\_\_

**REGISTRO DE ENFERMAGEM ( Estado clínico do paciente )**

Horário: 07:15 hrs.

( ☒ ) Ansioso ( ) Agitado ( ) Coma ( ☒ ) Consciente ( ) Desorientado ( ) Medo ( ☒ ) Orientado ( ) Sedado ( ) Sonolento  
Sinais vitais / FR: \_\_\_\_\_ rpm SpO<sub>2</sub>: \_\_\_\_\_ % Pulso: \_\_\_\_\_ bpm Pani: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ mmhg Temp: \_\_\_\_\_ °C

PO<sub>2</sub>: ( ) NÃO ( ) SIM, intensidade 0-10: \_\_\_\_\_ Localização: \_\_\_\_\_

Paciente em sala de espera, aguardando início dos procedimentos médicos e cirúrgicos

Dayana da Silva Santos  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
COREN-SE 10135-0/2019

**INTRA-OPERATÓRIO ( Admissão na Sala Operatória - SO )**

EQUIPE CIRÚRGICA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO
Cirurgião: <u>Dr. Alex</u>	Proposto: _____ Realizado: <u>Antônio</u>
Instrumentador: <u>Antônio</u>	Horário (procedimento cirúrgico): _____ : _____ hrs e T: <u>14:00</u>
Anestesiologista: <u>Dr. Kallier</u>	Monitorização: _____
Circulante: <u>Simone</u>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) ECG ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Oximetria ( <input checked="" type="checkbox"/> ) PANI ( ) Pressão invasiva: _____
<b>SERVIÇO DE APOIO</b>	Técnicas anestésicas:
Hemotransmissão em SO: ( ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Geral venosa ( ) Geral inalatória ( ) Geral combinada
( ) 1° infusão: Volume _____ hora: _____	( ) Peridural com cateter ( ) Peridural sem cateter ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Bloqueio
( ) 2° infusão: Volume _____ hora: _____	( ) Raquianestesia ( ) Sedação ( ) Local
( ) 3° infusão: Volume _____ hora: _____	Posição cirúrgica
Anátomo patológico: ( ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Dorsal ( ) Ventral ( ) Ginecológica ( ) Lateral D ( ) Lateral E
( ) Peça cirúrgica: _____	( ) Outras: _____
	Local da placa dispersiva: <u>Antônio</u>
	Incisão cirúrgica (local): <u>Abdo. sup</u>
	Curativo (tipo e local): <u>Simplex</u>

**REGISTRO DE ENFERMAGEM ( ocorrências e intercorrências )**

Horário de entrada na SO: \_\_\_\_\_ : \_\_\_\_\_ hrs

Horário de encaminhamento para SRPA: \_\_\_\_\_ : \_\_\_\_\_ hrs

Sem intercorrências.

Assinatura: Simone  
01724.248



# DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

Nome: Dr. Wenceslau F. Costa Data: 02/08/19  
Convênio:

Peça para Biópsia: H2 DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Antite PNH (C)

EQUIPE MÉDICA  
Cirurgião: Dr. Alex Farias CIRURGIA PROPOSTA: Antite PNH (C)

Anestesiologista: Dr. C. A. G. DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O H2

1º Auxiliar: Dr. He. M. M. CIRURGIA REALIZADA: A proposta

2º Auxiliar: .  
Instrumentador: MAIDER ANESTESIA: Braunio + Oxi.

## DESCRIÇÃO

01. Incisão 2<sup>a</sup> PNH (C)
02. Exatidão do PNH (C)
03. Dissecção + proteção do PNH
04. sutura das superfícies
05. M24
06. M24
07. M24
08. M24
09. M24
10. M24
11. M24
12. M24
13. M24

035. M24

12<sup>a</sup> M24

Dr. Alex Farias de Carvalho  
Cirurgião de Mão  
CRM 1241

## FIOS UTILIZADOS

Catgut Crom	( )	und.
Catgut Crom	( )	und.
Catgut Crom	( )	und.
Catgut Simpl	( )	und.
Catgut Simpl	( )	und.
Catgut Simpl	( )	und.
Monocryl	( )	und.
Monocryl	( )	und.
Monocryl	( )	und.
Nylon	( )	und.
Nylon	( )	und.
Nylon	( )	und.
Polycot	( )	und.
Polycot	( )	und.
Polycot	( )	und.
Prolene	( )	und.
Prolene	( )	und.
Prolene	( )	und.
Nylon	( )	und.
Nylon	( )	und.
Nylon	( )	und.
Nylon	( )	und.
Vicryl	( )	und.
Vicryl	( )	und.
Vicryl	( )	und.
Outos	( )	und.
	( )	und.
	( )	und.



Nome: José Wellington Feitosa  
Convênio: SUS Data: 01/08/19 N° Atend.: 1175844  
Sexo: M Idade: 52 Peso: 96 Kg Altura: ? Risco: ASA II  
Diagnóstico inicial: Astropatia traumática em punho (E)  
Cirurgia proposta: Astredex de punho (E)  
Diagnóstico pós-operatório: O mesmo  
Cirurgia realizada: a proposta  
Códigos cirúrgicos: \_\_\_\_\_

**EQUIPE**

Cirurgião(a): Alex Franco

1° Auxiliar: \_\_\_\_\_

Circulante: Simone

Instrumentador(a): \_\_\_\_\_

A = Soro fisiológico 500 ml

B = Soro glicosado 5% 500 ml

C = Ringer lactato 500 ml

☒ Monitor ECG

☒ Oxímetro de pulso

☒ Capnógrafo

☒ Bisturi elétrico

☒ PANI

☐ \_\_\_\_\_

O<sub>2</sub>

AP

Hidratação

500

500

250

SPO<sub>2</sub>%

ETCO<sub>2</sub> mm Hg

qtd

Descrição

Ag. raquí n°

Gelco n°

Son. Aspi. n°

Equipo

T. Traqueal n°

Cat. Tp óculos

I.A. hs

I.O. hs

F.O. hs

F.A. hs

Total hs

Encaminhado

☐ UTI

☐ S.R.P.A

Em uso de

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

TECNICA ANESTESIA

BPB + Guxal  
venosa

*Kette Moura Lemos*  
Anestesiologista  
CRM 55.569

Anestesiologista

1) Checagem de goro, apêndice e  
materiais  
2) CCO PANI, SPO<sub>2</sub> + ventose em MSD  
3) O<sub>2</sub> sob CN 3 l/min  
4) Fentanil 100 mcg (IV)  
5) Bloq. de plexo braquial (E)  
via supraclavicular, diglo,  
perivascular por perda da  
resistência e lidocaína 1,5%  
20 ml e VSC + Bloqueio de

plexo braquial  
via axilar e lidocaína 1,5%  
20 ml + mocaína 0,3% 25 ml  
e VSC

6) Midazolam 3mg (IV)

7) Peti apresenta falha do bloq.

Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio / Telefone: (79) 2105-1000 / Aracaju - SE

8) O<sub>2</sub> 100% sob máscara

9) Fentanil 150 mcg (IV)

10) Propofol 200 mg (IV)

11) Succinil 100 mg (IV)

12) Cisatracurio 10mg (IV)

13) LDI + JOT e TOT 4/0 e cuff

14) O<sub>2</sub> + Ar sob VCV + GTW 2

15) Clonidina 20g (IV)

16) Oxemilaton 10mg (IV)

17) Clonidina 75mg (IV)

→



**HOSPITAL SÃO JOSÉ**

Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio

Telefone: 79 2105-1000 / FAX: 79 2105-1032

CEP 49065-000 - Aracaju / SE

**RELATÓRIO DE CONSUMO CIRÚRGICO**

OK

PACIENTE

José Wellington Feitosa

CONVÊNIO

SUS

DATA

01/08/18

Nº ATENDIMENTO

1175844

SO

Sob: 01

CIRURGIÃO

Dr. Alex

ANESTESISTA

Dra. Kelly

CIRCULANTE

Téc. Simone

APARELHOS	QTD / HORA
Aspirador	- 30min
Bisturi elétrico	- 2:00 h
Capnógrafo	- 2:30 h
Carro de Anestesia	- 2:30 h
Microscópio	
Monitor Cardíaco	- 2:30 h
Oxímetro de Pulso	- 2:30 h
Vídeo Foto	-

GASES	QTD / HORA
Ar Comprimido	-
Oxigênio 2 fls	- 2:30 h
Protóxido	
Vácuo	- 30min

EXAMES	QTD / HORA
Anátomo Patológico	
Raio X	
Eletrcardiograma	

PROCEDIMENTOS	QTD / HORA
Cateterismo Vesical	
Curativo Cirúrgico	01
Punção de Subclávia	
Sondagem Nasogástrica	
Tricotomia	

MATERIAIS	QUANTIDADE
Abaixador De Língua	1
Agulha Descartável N° 40x12 (K) 30x	04, 03
Ag. Desc. panest Peridural	
Ag. Desc. panest. raqui n° (K)	
Algodão Ortopédico 1x10cm	01
Atadura Crepon 15 cm	04
Capote Descartável 0,5x15cm	02
Cateter Duplo J 6 X 26 Unid	
Cateter Gelco n° 20 (K)	01
Cateter Poxigenio n° (K)	
Cateter Poxigenio Tp Oculis (K)	01
Catgut Cromado c/ ag	
Catgut Simples c/ ag	
Clorexidina 0,2% Sol. Aquosa 100ml	01 frasco
Coletor De Sistema Aberto	
Coletor De Sistema Fechado (K)	
Conexão C2vias (K)	01
Dreno De Penrose N° 3.2	01

Algodão 15cm 02

MATERIAIS (continuação)	QUANTIDADE
Dreno Penrose N°	
Eletrodo Desc. adult (K)	05
Equipo Macrogotas c/ Injetor (K)	01
Equipo Macrogotas s/ Injetor	
Escova Povidet Pvp (K)	04 + 01 p/deg
Esparadrapo 600 Cm (cm)	80 cm
Eter 500 MI (ml)	
Fio De Algodão Cag	
Fio Mononylon 3. Cag N°	03
Fio Policryl Cag N°	
Fio Policot Cag N°	
Fio Polene Cag N°	
Fio Vicryl 2.0 Cag N°	02
Fita Micropore	
Gaze 7,5 X 7,5 (K) 10	10
Gelfoam	
Humid Vent (K) Adulto	01
Lâmina de Bisturi N° 23 (K) 1	02 - 01
Luva Cirúrgica Estéril N° 7.0 (K)	04
Luva de Procedimento	
Scalp N° 8.0	03
Seringa Desc. c/ Ag 1 ml (K)	
Seringa Desc. c/ Ag 3 ml	02
Seringa Desc. c/ Ag 5 ml (K)	04
Seringa Desc. c/ Ag 10 ml (K)	04
Seringa Desc. c/ Ag 20 ml (K)	07
Solução de PVPI Degermante	200 ml
Solução de PVPI Tintura	
Solução de PVPI 100% Alcool	200 ml
Sonda Endotraqueal c/ Cuff 7.0 (K)	01
Sonda Endotraqueal s/ Cuff	
Sonda Nasogástrica N° (K)	
Sonda de Aspiração N° 14 (K)	01
Sonda de Foley 2 vias n°	
Sonda de Foley 3 vias n°	
Sonda Retral N°	
Sonda Uretral N°	
Torneirinha (K)	
Transfix (K)	01
Tubo Extensor P/oxigênio 2mts (K)	
Tubo P/aspiração E Drenagem 2mts (K)	02
limp 6 44	05





HOSPITAL SÃO JOSÉ  
Av. João Ribeiro, 846 - Telefax (79) 2105-1000  
CEP 49065-000 - Aracaju - SE

## FICHA DE SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA

Cliente: <i>José Wellington Feitosa</i>	Registro: <i>1175844</i>
Cirurgia: <i>Artroscopia de punho (E)</i>	Data: <i>01/08/19</i>
Anestesia: <i>DPB(E) + Geral venosa</i>	Hr. Entrada:

### ESCALA DE ALDRETE

TEMPO	CONSCIÊNCIA	MOTRICIDADE	COLORAÇÃO	RESPIR.	PRES. SIST.	TOTAL
30 Min.						
60 Min.						
90 Min.						

HORA

### EVOLUÇÃO MÉDICA

### PRESCRIÇÃO MÉDICA

### HORÁRIO

Hora Alta:

Destino:

Ass. Do Anestesista: (+CRM)

*Kelte Moura Lemos*  
Anestesiologista  
CRM/SE 5649





HOSPITAL SÃO JOSÉ  
CHECK LIST CIRURGIA SEGURA

Paciente: Jose Wellington Furtado  
Atendimento: 1175844 Sexo: M Idade: 53 Leito: 216167  
Data: 11/01/15 Hora: 11 Unidade: Urgência Modalidade: ( ) Eletiva ( ) Emergência  
Diagnóstico Médico: Atrofia da glândula parotídea  
Cirurgia Proposta: Atrofia da glândula parotídea  
Cirurgia Realizada: Atrofia da glândula parotídea

Cirurgião e auxiliares: Dr. Alex da Penha  
Anestesista: Dr. Kelly  
Téc./Aux. de enfermagem: Simone  
Instrumentador: Simone  
Lateralidade: ( ) D ( ) E ( ) NA Vaga de UTI: ( ) S ( ) N Antibiótico Profilático: h Repetição: h  
Se Sim: Identificado (nome/qtde de peças) ( ) S ( ) N

ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA		ANTES DE INICIAR A CIRURGIA		ANTES DO PACIENTE DEIXAR A SALA CONFIRMAR VERBALMENTE COM A EQUIPE		ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA CIRÚRGICA		
S	N	NA	S	N	NA	S	N	NA
IDENTIFICAÇÃO SOBRE O PACIENTE			ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA CONFIRMAR ITENS DE VERIFICAÇÃO			ANTES DO PACIENTE DEIXAR A SALA CONFIRMAR VERBALMENTE COM A EQUIPE		
Identificação do paciente			Confirmar que todos os membros da equipe se apresentem pelo nome e função			Nome do procedimento realizado		
Local do sítio cirúrgico			CONFIRMAR VERBALMENTE			A contagem de compressas, instrumentais cirúrgicos e agulhas estão completa		
Procedimento a ser realizado			Identificação do paciente			Identificação e acondicionamento correto de material a ser encaminhado para análise patológica		
Consentimento informado realizado			Local do sítio cirúrgico			Houve algum problema com equipamento que deve ser resolvido		
Sítio demarcado do lado correto			Lateralidade do procedimento			Qual?		
<input type="checkbox"/> Direito <input checked="" type="checkbox"/> Esquerdo			<input type="checkbox"/> Direito <input checked="" type="checkbox"/> Esquerdo			O cirurgião, o anestesista e a equipe de enfermagem revisam pontos importantes para a recuperação e o manejo do paciente		
Checagem do equipamento anestésico			Procedimento a ser realizado			Orientações dos cuidados com drenos e sondas		
Monitorização adequada funcionando			ANTECIPAÇÃO DE EVENTOS CRÍTICOS			Assinatura e carimbo do Cirurgião e Auxiliares		
O paciente tem alguma alergia?			Revisão do cirurgião			Assinatura e carimbo do Anestesista		
Qual:			Há passos críticos ou inesperados			Assinatura e carimbo do Instrumentador		
Via aérea difícil/risco de broncoaspiração			Antibiotico profilaxia realizada nos últimos 60 min.			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
Há equipamento disponível?			Duração estimada			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
Há risco de perda sanguínea > 500ml (7 ml/kg em crianças)			Revisão do anestesista			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
Há acesso venoso e planejamento para reposição			Há alguma preocupação específica em relação ao paciente			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
Checagem completa das medicações a serem utilizadas			Via aérea			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
Jejum, se sim, hora de início			Checou materiais e medicamentos necessários a anestesia a ser aplicada			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
Retiradas de próteses e adornos			Revisão da equipe de enfermagem			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
			Os materiais necessários como instrumentais, próteses e outros estão presentes e dentro da validade de esterilização			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
			Há questões relacionadas a equipamentos ou quaisquer preocupações			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		
			Exames de imagem disponíveis			Assinatura e carimbo do Técnico/Aux. de Enfermagem		

Legenda: S: Sim; N: Não; NA: Não se aplica; D: Direito; E: Esquerdo.

Obs.: Paciente apresenta desidratação, distância esterno-métopo < 12,5, abertura bucal pequena.



11:10

Paciente admitido na SPPA acordado abril, suprema respondendo aos solicita-  
ções verbais ainda sob efeito de anestesi-  
co em uso de seroterapia + curativos M S E  
a enfraquecimento de atadura + dor no de  
sucos. SS VV PP 350 x 80 mmHg P 73 bpm  
SpO2 97%. Paciente segue em observação  
da enfermagem e prontuário completo de  
exames físicos e recada de tomografia + per-  
furação.

11:15

Paciente apresentando refluxo esofágico. Refluxo biliar  
sem alteração conforme possível. Diarréia + local de diarreia  
transitória. Há presença de hiperplasia prostática. Sem  
alteração assintótica.

14.00

Part. riciben pto de SRPS, notados  
Orimetro conduzido plenominia

[illegible]

EQUIPAMENTOS		INÍCIO	TÉRMINO
OXÍMETRO DE PULSO		4:10	
MONITOR CARDÍACO			

GASES		QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
OXIGÊNIO				

488. Enfi rmagem:

Adilsoide Santos  
Téc. de enfermagem  
COREN-SE 719.321



MEDICAMENTOS	QTD / HORA	MEDICAMENTOS (continuação)	QTD / HORA
Afrin Nasal Adulto 200 Gotas		Metoclopramida Amp 10mg/2 MI (K)	
Agua Destilada 10 MI Ampola (K)	0.4 /	Metronidazol	
Aminofilina 0.24mg 10ml Ampola		Midazolam 5 Mg Ampola (K)	
Ampicilina 1g Injetavel		Monocordil Inj. 10mg (K)	
Antak 50 Mg Injetavel (K)		Narcan Ampola	
Bicarbonato De Sodio 8.4% Ampola (K)		Nauseidron 4 Mg / 2ml Ampola (K)	
Brometo Rocuronio 10mg/ml 5ml (K)		Nimbium 5mg/ml Ampola (K)	
Bupivacaina 0.5% Cvaso 20ml (K)		Novalgina	
Bupivacaina 0.5% Svaso 20ml (K)		Pancuron Ampola	
Bupivacaina Pesada 0.5% Ampola (K)		Profenid IM	
Buscopan Composto 5ml Inj		Profenid IV	0.1 /
Cedilanide 0,2 Mg/ml Ampola		Propofol 1% 10mg/ml Amp 20ml (K)	0.4 /
Cefazolina 1g F/a (kefazol) (K)	0.2 /	Prostigumine 0.5 Mg/ml Ampola (K)	0.4 /
Cetamina 50mg/ml 2ml (K)		Quelicin/Succinil Colin 100 Mg	0.1 /
Cetoprofeno 100mg Iv Ampol (K)		Quelicin/Succinil Colin 500 Mg	
Clonidin 150mg /1ml (K)	0.1 /	Revivan/Cloridrato De Dopamina	
Cloridrato de Dopamina 10ml Amp(K)		Ringer c/ Lactato 500ml (K)	0.4 /
Clorafenicol Colirio 200 Gotas		Solu Cortef 100 Mg Ampol 2 MI (K)	
Cloreto De Potassio 19.1% 10ml		Solu Cortef 500 Mg Ampola (K)	
Cloreto De Sódio 20% Ampola		Solução de Manitol	
Colírio Anestésico		Soro Fisiológico 0,9% 1000ml	
Decadron 2 Mg 1 MI		Soro Fisiológico 0,9% 100ml	0.2 /
Decadron 4 Mg 2,5 MI (K)	0.1 /	Soro Fisiológico 0,9% 2000ml	
Diazepan 10 Mg / 2ml Ampola (K)		Soro Fisiológico 0,9% 250ml	
Difenidrin 50mg/ 1ml Ampola (K)		Soro Fisiológico 0,9% 500ml (K)	
Dimorf 0.2 Mg / 1ml Ampola (K)		Soro Gliço-Fisiológico 500ml	
Dimorf 1 Mg / MI Ampola 2ml (K)		Soro Glicosado 5% 100 ml	
Dimorf 10 Mg / 1ml Ampola (K)		Soro Glicosado 5% 250 ml	
Dipirona 2ml Ampola (K)	0.3 /	Soro Glicosado 5% 500 ml(K)	
Diprivan 200 Mg Ampola		Succinil Colin 100 Mg Ampol (K)	
Dolantina 100 Mg Ampola		Sulfato De Atropina 0.25mg Amp (K)	0.6 /
Dormonid 15 Mg Ampola	0.1 /	Sulfentanila 50mcg/ml 5ml (K)	
Dormonid 5 Mg Ampola		Tiopental Sodico 1gr Ampola	
Efortil 10 Mg Ampol (K)		Tramal 100 Mg Ampola (K)	
Efrinalin 1mg/ml ( Adrenalina) (K)		Tramal 50 Mg Ampola (K)	
Etomidato 2 Mg / MI Ampola (K)		Transamin	
Fenergan Inj Ampol		Ultiva 2 Mg. Inj. Fa (K)	
Fenitoina 5% Ampola 5 MI (K)	0.1 /	Xylestesin 1% C/ Adrenalina	0.2 /
Fentanil Ampola 2 MI (K)		Xylestesin 1% S/ Adrenalina	0.1 /
Fentanila Amp 5ml (K)		Xylestesin 10% Spray	
Furosemida 2 MI 10 Mg/ml		Xylestesin 2% S/vaso Frasc 20ml (K)	0.1 /
Gentamicina		Xylestesin 2% C/vaso Frasc 20ml (K)	
Glicose 25% 10ml Ampol (K)		Xylestesin 2% S/vaso Ampola 5ml (K)	
Glicose 50% 10ml Ampola (K)		Xylestesin Geléia	
Gluconato De Calcio 10% Ampola (K)		Nitrogênio	2.00 hs
Halotano 100 MI		lis	0.1 /
Heparina 5000 Ui 5ml (K)		Equipo de limpeza	0.1 /
Hidrocortizona		Máquina Tubular	0.2 /
Hipoglos 45 Gramas		Faixa de Esmalch	0.1 /
Isoforine 100 MI		ASSINATURA E CARIMBO CASO EXISTA HEMOTERAPIA OU OPME Presença do RX e interpretação de imagem	
Keflin 1 Gr Injetavel			
Ketalar Ampola 10ml (ml) Ketalar	0.1 /		
Lasix Injetavel (K)			
Megapen 10 milhões			
Megapen 1milhão			
Megapen 5 milhões			



cont.

- 21) Cetamina 25mg (M)
- 22) Propofol em Bic (IV)
- 23) Dipirone 3g (IV)
- 24) Cefepime 1g (IV)
- 25) Atropina 1mg (IV)
- 26) Neostigmina 2mg (IV)
- 27) AVAS + GOT

A SRPA



Keite Moura Lemos  
Anestesiologista  
CRM/SE 5548

**PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATO (Admissão na Sala de recuperação pós anestésica - SRPA)**

**DISPOSITIVOS EM USO**

- ( ) Cateter O<sub>2</sub> \_\_\_\_ l/min ( ) Máscara O<sub>2</sub> - Fio \_\_\_\_ % ( ) VMI/TOT - Modo: \_\_\_\_ e Fio2: \_\_\_\_ % ( ) Marcapasso  
 ( ) VMI/TOT - Modo: \_\_\_\_ e Fio2: \_\_\_\_ % ☒ Cateter venoso periférico \_\_\_\_ ( ) Cateter venoso central  
 ( ) Dissecção venosa ( ) Sonda vesical ( ) Sonda gástrica / enteral ( ) Ostomia ( ) Fralda descartável  
 ( ) Tração elétrica \_\_\_\_ ( ☒ ) Curativo cirúrgico ( ) Curativo não cirúrgico ☒ Dreno sucção \_\_\_\_  
 ( ) Próteses/implantes: ( ) Ocular \_\_\_\_ ( ) Auditivo \_\_\_\_ ( ) Ortopédico ( ) Cateter peritoneal  
 ( ) Dreno penrose ( ) Dreno Torácico

Tempo	Horário	Sinais Vitais					
0	____:____ hr	FR ____ rpm	SpO <sub>2</sub> <u>97</u> %	Pulso <u>73</u> bpm	PANI <u>140/80</u> mmhg	Temp ____ °C	
30	____:____ hr	FR ____ rpm	SpO <sub>2</sub> ____ %	Pulso ____ bpm	PANI ____/____ mmhg	Temp ____ °C	
60	____:____ hr	FR ____ rpm	SpO <sub>2</sub> ____ %	Pulso ____ bpm	PANI ____/____ mmhg	Temp ____ °C	
90	____:____ hr	FR ____ rpm	SpO <sub>2</sub> ____ %	Pulso ____ bpm	PANI ____/____ mmhg	Temp ____ °C	
120	____:____ hr	FR ____ rpm	SpO <sub>2</sub> ____ %	Pulso ____ bpm	PANI ____/____ mmhg	Temp ____ °C	
180	____:____ hr	FR ____ rpm	SpO <sub>2</sub> ____ %	Pulso ____ bpm	PANI ____/____ mmhg	Temp ____ °C	

**REGISTRO DE ENFERMAGEM (Estado clínico do paciente na admissão da SRPA)**

Horário: 11:10 hrs.

Dor? ☒ NÃO ( ) SIM, intensidade 0-10: \_\_\_\_ Localização: \_\_\_\_

*Paciente na SRPA acordado, apnéia, repneia segue em observação da enfermagem.*

Assinatura: \_\_\_\_\_

**REGISTRO DE ENFERMAGEM (Estado clínico do paciente na alta da SRPA)**

Horário: \_\_\_\_:\_\_\_\_ hrs.

Assinatura: \_\_\_\_\_

**MENSURAÇÃO DO ÍNDICE DE ALDRET E KROLIK - IAK**

IAK - paciente adulto (valor mínimo para Alta - 08 pontos)		Valor	0	30	60	90	120	180	Observação
Atividade Motora	Capaz de mover os 04 membros	2							
	Capaz de mover os 02 membros	1							
	Incapaz de mover os membros	0							
Respiração	Respira profundamente ou tosse livremente	2							
	Dispneia ou limitação de respiração	1							
	Apnéia	0							
Circulação	PA mais ou menos 20% do nível pré anestésico	2							
	PA mais ou menos 25% - 50% do nível pré anestésico	1							
	PA mais ou menos 50% do nível pré anestésico	0							
Consciência	Lúcido, orientado no tempo e no espaço	2							
	Desperta se solicitado	1							
	Não responde	0							
Saturação	Maior que 92% respirando em ar ambiente	2							
	Maior que 90% respirando com oxigênio suplementar	1							
	Menor que 90% respirando com oxigênio suplementar	0							
IAK	TOTAL								

HORÁRIO DE ALTA - SRPA \_\_\_\_:\_\_\_\_ hrs

Unidade de destino: ( ) UTI ( ) Internamento/Leito: \_\_\_\_

Assinatura: Anestesiologista/CRM: \_\_\_\_

Enfermeiro(a)/COREN: \_\_\_\_

NOTA: ESCALA DE DOR: ( 0-2 LEVE, 3-7 MODERADO, 8-10 INTENSA)





HOSPITAL SÃO JOSÉ  
COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM  
SAE – SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM  
CLÍNICA CIRÚRGICA  
EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Evidenciado por relato de náusea e palidez cutânea.	( ) Observar cianose de extremidades.
( ) Padrão respiratório ineficaz relacionada à	( ) Realizar encaminhamentos necessários.
Ansiiedade evidenciado por dispneia, tosse e	( ) Realizar orientações necessárias.
Saturação alterada.	( ) Realizar Banho. Hor. - _____
	( ) Realizar Higiene oral. Hor. - _____
( ) Déficit no auto cuidado, banho e higiene,	
Relacionado à fraqueza, dor e fadiga evidenciado	
Por incapacidade de fazer a própria higiene.	

Escala de Braden

LEGENDA: < 11 Risco elevado    12 a 14 Risco médio    > 14 Risco baixo    Total:				
PERCEPÇÃO SENSORIAL	1. TOTALMENTE LIMITADO	2. MUITO LIMITADO	3. LEVEMENTE LIMITADO	4. NENHUMA LIMITAÇÃO
UMIDADE	1. COMPLETAMENTE MOLHADA	2. MUITO MOLHADA	3. OCASIONALMENTE MOLHADA	4. RARAMENTE MOLHADA
ATIVIDADE	1. ACAMADO	2. CONFINADO À CADEIRA	3. ANDA OCASIONALMENTE	4. ANDA FREQUENTEMENTE
MOBILIDADE	1. TOTALMENTE IMÓVEL	2. BASTANTE LIMITADO	3. LEVEMENTE LIMITADO	4. NÃO APRESENTA LIMITAÇÕES
NUTRIÇÃO	1. MUITO POBRE	2. PROVAVELMENTE INADEQUADO	3. ADEQUADO	4. EXCELENTE
FRICÇÃO E CISHAMENTO	1. PROBLEMA	2. PROBLEMA EM POTENCIAL	3. NENHUM PROBLEMA	

Paciente admitido neste setor proveniente da SRPA em DPO de estropia traumática. Paciente submetido ao luto, consciente, orientado, eupneico, eucorético, eucolorado, eufônico. Em uso de AVP + sonda nasogástrica, lúcido em MSE e diurese de 1000ml. Drenagem, sem queixas no momento. Segue sob cuidados da equipe.

Pamella R. F. Almeida  
COREN 10.100.100

Assinatura e carimbo do enfermeiro(a)





Hora	Registro de Enfermagem
11:00	Prontuário Completo e com presc. do cirurgião. Sae p. radiologia para check list, pedido do RX, receita. Téc. Simone e 724.248. Durante o ato cirúrgico foi administrado o Dipirone, Decadron, elexidol, Keftol 2g, Dorama Pibfenol. Tec-Simone
11:30	Paciente admitido na SRRS acordado, afebril, eupneico respondendo suas solicita- ções verbais ainda sob efeito de anestesia em uso de seroterapia + curativo MSE e enfazamento de atadura + dreno de sucção SS VVPA 140+80 mmHg P73 bpm SpO2 97% Paciente segue em observação da enfermagem Prontuário completo + exames exames e recu- do transal + pedido RX
11:45	Paciente apresentando sintomas urinários. Realizado sondagem de cateter conforme prescrição médica. Utilizado 01 pacote de gaze simples, 10g de hidrocolóide gel e 2ml de clorex- idina aquosa. Drenado + 600 ml de diurese hematurica. Pte pe- didos de higiene pessoal. Montado técnica asséptica.
	Pac. recebeu alta da SRRS, retirado o soro e conduzido para o quarto em uso de seroterapia + dreno de sucção local. Prontuário completo
14:50	Paciente admitido neste setor Ala A, presidente do C.C. aos cuidados de Dr. Alex Franco de Carvalho, paciente afebril eupneico, acordado, consciente e orientado, verbaliza comunicação, oximetria, oximetria, em uso de AVP em MSE. Drenado seroterapia + curativo em MSE + dreno de sucção, paciente segue em companhia de familiar e aos cuidados da equipe de enfermagem TE: Dárcia Rêgo Corm: 1311659
15:00	Paciente recebeu a alta solicitada pela SRRS
16:20	Administrado medicação propofol 100 mg + 100 ml. SF na EV conforme prescrição médica. TE: Dárcia Rêgo Corm: 1311659
16:25	Instalado SF 500 ml. conforme prescrição médica. TE: Dárcia Rêgo Corm: 1311659
18:35	Aplicado os 35 ml do paciente e instalado no ervele- to + administrado dipirone 2 ml + 12 ml de ADa EV conforme prescrição médica. TE: Dárcia Rêgo Corm: 1311659
18:57	Paciente plantado em internância, paciente calmo, a- febril, eupneico, normotenso, em uso de AVP em MSE



Hospital São José

Data: 12/08/2019

Hora: 15:11


**Atendimento** 1175844**Data** 01/08/2019 06:18**Nome** JOSE WELLINGTON FEITOSA**Convênio** Aih-sus**Solicitante:****Dt Nasc** 02/06/1967 - 52 anos**PUNHO AP - LAT - OBLIQUAS - Data: 02/08/2019 12:05****Resultado:**

ESQUERDO

Tala gessada.

Redução da densidade óssea.

Placa e parafusos (8) na extremidade distal radial e no 3º metacarpo para tratamento de fratura carpal.

  
\_\_\_\_\_  
Dr(a).MARCIA CAVALHEIRO ALVES  
CRM-2880



Hospital São José


Data:  
09/07/2019  
Hora: 08:19

Atendimento 1166594  
Nome JOSE WELLINGTON FEITOSA  
Solicitante: Carimbo Ilegível

Data 12/06/2019 14:32  
Convênio Ambulatorio Sus  
Dt Nasc 02/06/1967 - 52 anos

**TORAX P.A. - Data: 12/06/2019 14:32****Resultado:**

Exame realizado no leito.  
Opacidades nodulares predominando nas bases, sendo confluentes na base esquerda.  
Área cardíaca aumentada.  
Diafragma convexo e seio costofrênico lateral livre à direita.  
Seio costofrênico lateral esquerdo obliterado (pequena efusão pleural?).

  
\_\_\_\_\_  
Dr(a).MARCIA CAVALHEIRO ALVES  
CRM-2880





Atendimento 1174970  
 Nome JOSE WELLINGTON FEITOSA  
 Solicitante: Alex Franco De Carvalho

Data 29/07/2019 07:15  
 Convênio Ambulatorio Sus  
 Dt Nasc 02/06/1967 - 52 anos

## HEMOGRAMA COMPLETO - Data: 29/07/2019 07:15

Material: Sangue Total  
 Método: Automatizado

### Referência

<b>Eritograma:</b>			
Hemácias .....	4,83 milh/mm <sup>3</sup>	Homem: 4.50 a 6.00 milh/mm <sup>3</sup>	
		Mulher: 4.00 a 5.40 milh/mm <sup>3</sup>	
Hemoglobina .....	14,50 g/dl	Homem: 13.00 a 18.00 g/dL	
		Mulher: 12.00 a 16.40 g/dL	
Hematócrito .....	43,50 %	Homem: 39 a 54%	
		Mulher: 36 a 48%	
V.C.M .....	90,06 fl	80 a 96 fl	
H.C.M .....	30,02 g/dL	27 a 31 g/dL	
C.H.C.M .....	33,33 g/dL	32 a 36 g/dL	
<b>Leucograma:</b>			
Leucócitos Totais .....	5.000 mm <sup>3</sup>	4.000 a 10.000 mm <sup>3</sup>	
Contagem diferencial: ...	% .....		
Neutrofilos: .....	40	2000	40 a 70 %
			1.600 a 7.300
Eosinofilos .....	04	200	01 a 06 %
			40 a 330
Linfócitos típicos .....	53	2650	20 a 45 %
			800 a 4.500
Monocitos .....	03	150	02 a 10%
			80 a 1000
<b>Plaquetas:</b>			
Contagem de Plaquetas: .....	201.000 mm <sup>3</sup>	150.000 a 400.000 mm <sup>3</sup>	

  
 CARINA B. DE SANTANA CRBM 1911  
 ASSINADO ELETRONICAMENTE

**Responsável Técnico: Dra. Carina Batista de Santana - CRBM-1911**

Obs.: A análise correta dos Resultados Depende da Correlação Clínico-Laboratorial, dos Aspectos Epidemiológicos, da Interação Medicamentosa em uso, dos Aspectos físiopatológicos do Paciente, etc...



Hospital São José

Data: 01/08/2019  
Hora: 06:40

Atendimento 1174970  
Nome JOSE WELLINGTON FEITOSA  
Solicitante: Alex Franco De Carvalho

Data 29/07/2019 07:15  
Convênio Ambulatorio Sus  
Dt Nasc 02/06/1967 - 52 anos

**PLAQUETAS, CONTAGEM DE - Data: 29/07/2019 07:15**

Material:-  
Metodo:-

**Referência****Resultado:**201.000 mm<sup>3</sup>150.000 - 400.000 mm<sup>3</sup>**TEMPO DE COAGULACAO - Data: 29/07/2019 07:15**

Material:Sangue Total  
Metodo:Lee White

**Referência****Resultado:**

6,00 min,s

5:00 s 10:00 min

**TEMPO DE PROTROMBINA - Data: 29/07/2019 07:15**

Material:Plasma  
Metodo:-

**Referência****Tempo de Protombina:**

13 seg

11 à 14 seg.

**Atividade de Protombina:**

100 %

70 a 100%.

**Obs.:**

INR. 1.00

  
CARINA B. DE SANTANA CRBM 1911  
ASSINADO ELETRONICAMENTE

**Responsável Técnico: Dra. Carina Batista de Santana - CRBM-1911**

Obs.: A análise correta dos Resultados Depende da Correlação Clínico-Laboratorial, dos Aspectos Epidemiológicos, da Interação Medicamentosa em uso, dos Aspectos fiso-patológicos do Paciente, etc...



Atendimento 1174970  
Nome JOSE WELLINGTON FEITOSA  
Solicitante: Alex Franco De Carvalho

Data 29/07/2019 07:15  
Convênio Ambulatorio Sus  
Dt Nasc 02/06/1967 - 52 anos

**TEMPO DE SANGRAMENTO - Data: 29/07/2019 07:15**

Material:Sangue  
Metodo:Duke

**Referência****Resultado:**

1,30 min,s

1:00 a 3:00 min

**TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO - TTPA - Data: 29/07/2019 07:15**

Material:Plasma  
Metodo:-

**Referência****Resultado:**

29 seg

25 - 40 seg.

CARINA B. DE SANTANA CRBM 1911  
ASSINADO ELETRONICAMENTE

**Responsável Técnico: Dra. Carina Batista de Santana - CRBM-1911**

Obs.: A análise correta dos Resultados Depende da Correlação Clínico-Laboratorial, dos Aspectos Epidemiológicos, da Interação Medicamentosa em uso, dos Aspectos fisio-patológicos do Paciente, etc...



Hospital São José

Data: 01/08/2019

Hora: 06:40

Atendimento 1174970  
Nome JOSE WELLINGTON FEITOSA  
Solicitante: Alex Franco De Carvalho

Data 29/07/2019 07:15  
Convênio Ambulatorio Sus  
Dt Nasc 02/06/1967 - 52 anos

**CREATININA - Data: 29/07/2019 07:15**

Material:Soro  
Metodo:Jaffé Mod.

**Resultado:**

0,70 mg/dL

**Referência**

0,4 a 1,3 mg/dL

**GLICOSE - Data: 29/07/2019 07:15**

Material:Soro  
Metodo:Enzimático

**Resultado:**

102 mg/dL

**Referência**

Jejum: 60 a 99 mg/dL.  
Pós prandial: < 140 mg/dL.

**UREIA - Data: 29/07/2019 07:15**

Material:Soro  
Metodo:Enzimático

**Resultado:**

18 mg/dL

**Referência**

15 - 40 mg/dL.

CARINA B. DE SANTANA CRBM 1911  
ASSINADO ELETRONICAMENTE

**Responsável Técnico: Dra. Carina Batista de Santana - CRBM-1911**

Obs.: A análise correta dos Resultados Depende da Correlação Clínico-Laboratorial, dos Aspectos Epidemiológicos, da Interação Medicamentosa em uso, dos Aspectos fisio-patológicos do Paciente, etc...





## HOSPITAL SÃO JOSÉ ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, o pedido, que o (a) Sr (a) Jon J. Wau

(Ident. ou registro)

foi atendido(a) Centro cirúrgico

(clínica ou serviço)

do

no dia 01/08/19

às 07 horas,

necessitando de 60 (por extenso)

dias de repouso, por motivo de doença.

CID M125

Assinatura do paciente ou responsável

Local e data

Dacyzom S. Dannemann  
Assinatura do Médico/Odontólogo  
(carimbo contendo nome completo e registro CRM/CRO)

NOTA - Este atestado é válido para finalidade previstas no artigo 27 da CLPS, aprovado pelo decreto nº 89.312 de 23/01/84, e resolução CFM-1190/84 e será expedida para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

Laudo novo



Atendimento 116559

Nome JOSE W

Solicitante: Carimb

ELETCARDIOGRAMA - Data: 06/06/2019 12:32

Resultado:

Ritmo: Sinusal.

Frequência cardíaca: 97 bpm.

SÂQRS: + 60 graus.

Conclusão: ECG dentro dos limites da normalidade.

Dr(a). ANTONIO FERNANDO TAVARES SANTANA  
CRM -1315



# HOSPITAL SAO JOSE 12-Lead ECG Report

Male

ID: 11977

Room No.:

JOSE WELLINGTON FEITOSA

Request Department:

52Years  
OutpatientID: 1165599

Diagnostic Information:

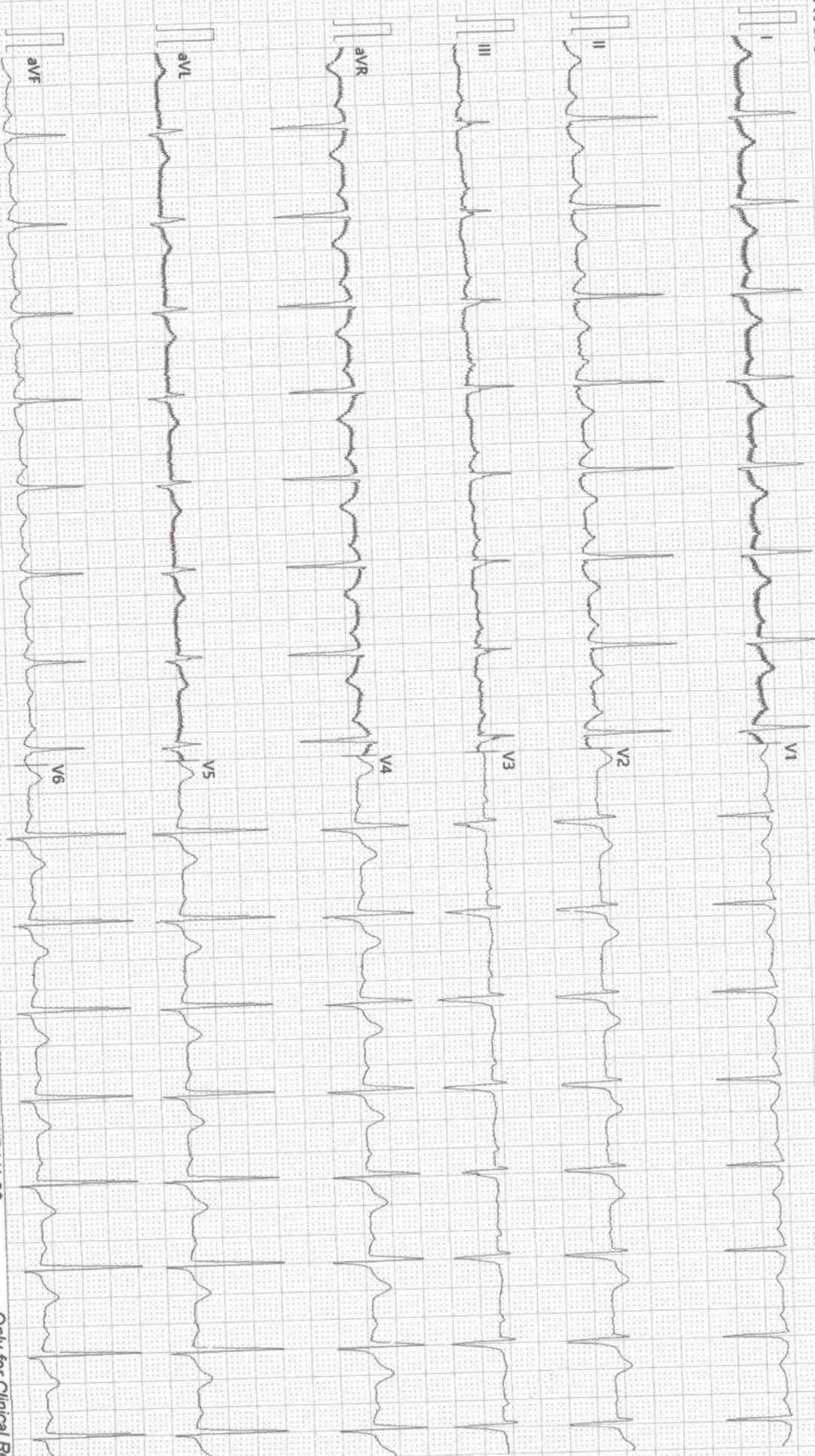
1. Ritmo sinusal
2. PTV1 aumentado

HR : 97bpm  
P : 119ms  
PR : 169ms  
QRS : 91ms  
QT/QTc : 315/401ms  
P/QRS/T : 62/59/22deg.  
RV5/SV1 : 1.586/1.068mV

Report Confirmed By:

10mm/mV

25mm/s



SEMIP V1.90

Only for Clinical Reference



# HOSPITAL SÃO JOSÉ

## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, o pedido, que o (a) Sr (a)

Jon. João

Levi Gelling

89 7699-55P/SE

(Ident. ou registro)

foi atendido(a)

Centro cirúrgico

(clínica ou serviço)

do

Hosp. São José

no dia

01/03/19

às

09

horas, necessitando de

60

sessões

(por extenso)

dias de repouso, por motivo de doença.

CID

M125

Assinatura do paciente ou responsável

João 01/08/19

Local e data

Dreyzon S. Dammann

Assinatura do Médico/Odontólogo

(carimbo contendo nome completo e registro CRM/CRO)

NOTA - Este atestado é válido para finalidade previstas no artigo 27 da CLPS, aprovado pelo decreto nº 89.312 de 23/01/84, e resolução CFM-1190/84 e será expedida para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.



# PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180583327

**Cidade:** Aracaju

**Natureza:** Invalidez Permanente

**Vítima:** JOSE WELLINGTON FEITOZA

**Data do acidente:** 10/09/2018

**Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

## PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 17/12/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DISTAL DO RÁDIO ESQUERDO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CONSERVADOR.  
ALTA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTO DO PUNHO ESQUERDO.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO PUNHO ESQUERDO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

## ESPECIALISTA

**Empresa:** Líder- Serviços AMD

**Grupo:** EQ3

**Nome:** BRUNO BARBOSA MENDONCA

**CRM:** 900400

**UF do CRM:** RJ

**Assinatura:**



Rio de Janeiro, 31 de Março de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180583327

Vítima: JOSE WELLINGTON FEITOZA

Data do Acidente: 10/09/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOSE WELLINGTON FEITOZA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.521,45

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros

superiores 70%

Graduação: Em grau residual 16.1%

% Invalidez Permanente DPVAT: (16.1% de 70%) 11,27%

Valor a indenizar: 11,27% x 13.500,00 = R\$ 1.521,45

Recebedor: JOSE WELLINGTON FEITOZA

Valor: R\$ 1.521,45

Banco: 104

Agência: 000002448

Conta: 0000016880-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

11/02/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

18/02/2020

**MOVIMENTO:**

Decisão

**DESCRIÇÃO:**

1. Considerando o dever da parte, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo de declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, forte no art. 77, V, do CPC, intime-se parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, fazer tal indicação, TRAZENDO AOS AUTOS COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO E EM NOME DO AUTOR, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fundamento no art. 321 do CPC. 2- Transcorrido o prazo, certifique-se e volvam-me conclusos para análise da competência deste juízo.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600187 - Número Único: 0006248-11.2020.8.25.0001

Autor: JOSE WELLINGTON FEITOZA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

*Cls.*

*1. Considerando o dever da parte, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo de declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, forte no art. 77, V, do CPC, intime-se parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, fazer tal indicação, **TRAZENDO AOS AUTOS COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO E EM NOME DO AUTOR**, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fundamento no art. 321 do CPC.*

*2- Transcorrido o prazo, certifique-se e volvam-me conclusos para análise da competência deste juízo.*

*Aracaju/SE, 11 de fevereiro de 2020.*



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 18/02/2020, às 08:21:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000370702-96**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

21/02/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Aguardando decurso de prazo.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

27/02/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Indicação de Endereço realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: THAYLA JAMILLE PAES VILA - 1193}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

---

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE  
ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU-SE**

**AUTOS Nº 202040600187**

**JOSÉ WELLINGTON FEITOZA**, devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que move em desfavor de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, em consideração ao despacho de fl., requerer a juntada do comprovante de residência devidamente atualizado.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Aracaju (SE), 27 de agosto de 2019.

**Thayla Jamille Paes Vila**

OAB/SE 1.193-A

**Arthur Andrade Francisco**

OAB/MS 16.303

**Rafael Coldibelli Francisco Filho**

OAB/MS 15.878

**Thayla Jamille Paes Vila**

OAB/MS 16.317

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

# BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 021.004.875



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA  
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP 49040-150  
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

## DADOS DO CLIENTE

JOSE WELLINGTON FEITOSA  
RUA JOAO FERREIRA LIMA 214  
ARACAJU

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

**3/32701-5**

### REFERÊNCIA

**FEV/2020**

### APRESENTAÇÃO

**10/02/2020**

### CONSUMO

**248**

### VENCIMENTO

**28/02/2020**

### TOTAL A PAGAR

**R\$ 209,44**

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
<b>00190.00009 03149.039004 04416.567172 9 81790000020944</b>				
Pagador: JOSE WELLINGTON FEITOSA CNPJ/CPF: 422.502.425-34				
RUA JOAO FERREIRA LIMA 214 - OLARIA - ARACAJU / SE - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31490390004416567	000032701202002	28/02/2020	R\$ 209,44	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA				13.017.462/0001-63
RUA MIN APOLONIO SALES, 00081 - - INACIO BARBOSA - ARACAJU / SE - CEP 49040-150				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/178003-4				







**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

11/03/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Manifestação retro tempestiva.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

11/03/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

25/03/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Cls. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC. Não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, intimando a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe, para nela comparecer. Cite-se e intime-se a ré para comparecerem à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC).

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600187 - Número Único: 0006248-11.2020.8.25.0001

Autor: JOSE WELLINGTON FEITOZA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC. Não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, intimando a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe, para nela comparecer.

Cite-se e intime-se **a ré** para comparecerem à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput e inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório** (**art. 334, §9º, do CPC**) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art. 334, caput e § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências visando realização dos atos ordenados.**

Aracaju/SE, 23 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 25/03/2020, às 12:39:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000652958-31**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

26/03/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Aguardando decurso de prazo para remessa: Cejusc.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

18/05/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

20/05/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 74 e 75. O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19. A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori. Pois bem. As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc). Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a razoável duração do processo, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes. A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada. A manutenção do feito suspenso até o retorno pleno das atividades judiciárias (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos processuais), a pretexto da realização da audiência preliminar de conciliação, discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo. Não se está fazendo aqui tábula rasada disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado. No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrol

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria  
p. 78

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600187 - Número Único: 0006248-11.2020.8.25.0001

Autor: JOSE WELLINGTON FEITOZA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.,

Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 74 e 75.

O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, “*dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória*” no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19.

A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC – Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, “*a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori*”.

Pois bem.

As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc).

Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a ***razoável duração do processo***, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes.

A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois “*justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada*”.

A ***manutenção do feito “suspensão”*** até o retorno pleno das atividades judiciais (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho,

inviável a realização de audiências e de tantos outros atos processuais), a pretexto da realização da audiência preliminar de conciliação, *discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual*, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo.

Não se está fazendo aqui “*tábula rasa*” das disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado.

No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrolar do processo, o feito poderá ser julgado sem a necessidade de realização da audiência (nos casos, por exemplo, de revelia, reconhecimento jurídico do pedido ou de ausência de impugnação específica), concedendo, já agora, o necessário impulso oficial ao feito.

Por isso, consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências:

1. Cite-se a parte ré para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, *caput*, do CPC.

1.1. Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

1.2. Em não havendo manifestação, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC.

2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

4. *As partes deverão informar, a autora, no prazo de cinco dias, e a ré, no prazo de resposta, os respectivos endereços eletrônicos, telefones, e se dispõem de acesso à internet, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.*

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

Aracaju/SE, 19 de maio de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 20/05/2020, às 15:16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000943511-86**.

---





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

21/05/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Expedi carta 202040602029

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600187

**DATA:**

26/05/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202040602029 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA  
[TM4205,MD2372] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito  
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N  
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju  
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal



202040602029

PROCESSO: 202040600187 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0006248-11.2020.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: JOSE WELLINGTON FEITOZA  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

**Finalidade:** Responder em 15 (quinze) dias.

**Despacho:** Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 74 e 75. O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19. A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori. Pois bem. As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc). Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a razoável duração do processo, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes. A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada. A manutenção do feito suspenso até o retorno pleno das atividades judiciárias (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos processuais), a pretexto da realização da audiência preliminar de conciliação, discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo. Não se está fazendo aqui tábula rasada disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado. No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrol

Atenciosamente,



Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua da Assembléia, 16º andar, Ed. City Tower, 100  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20011000  
**Cidade** : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **JOANA DARC BRUNO CORREIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em **26/05/2020, às 09:20:27**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000964671-33**.